



**CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U. nº 198, de 14/10/2016  
AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

HENRIQUE JÚLIO RIBEIRO SANTOS

RAÍZES DA CRIAÇÃO: ABRIGO INSTITUCIONAL  
PARA CRIANÇAS – PROPOSTA ARQUITETÔNICA

PALMAS – TO  
2020

HENRIQUE JÚLIO RIBEIRO SANTOS

RAÍZES DA CRIAÇÃO: ABRIGO INSTITUCIONAL  
PARA CRIANÇAS – PROPOSTA ARQUITETÔNICA

Monografia elaborada e apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I) do curso de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Me. Adriana Dias.

HENRIQUE JÚLIO RIBEIRO SANTOS

ABRIGO INSTITUCIONAL – PROPOSTA DE ANTEPROJETO  
ARQUITETÔNICO

Monografia elaborada e apresentada na disciplina de TCC I como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador (a): Prof. Me. Adriana Dias

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Me. Adriana Dias  
(Orientadora)  
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

---

Prof. Me. Fernanda Brito de Abreu  
(Membro Interno)  
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO  
2020

## RESUMO

SANTOS, Henrique Júlio Ribeiro. **Abrigo Institucional – Proposta de Anteprojeto Arquitetônico**. 2020. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2020.

Este trabalho de pesquisa aborda a elaboração de um abrigo institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social a ser implantado na cidade de Palmas – TO. A carência de entidades de acolhimento institucionais com infraestrutura adequada na capital mostra a importância da proposta de um anteprojeto acessível e humanizado para minimizar os impactos causados pelo afastamento do vínculo familiar. Frente a essa realidade, o presente estudo objetiva propor uma arquitetura que possibilite uma prestação de serviço digna e referencial, tendo em vista a contribuição dessa entidade para assegurar os direitos preestabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para a elaboração dessa pesquisa, adotou-se a metodologia exploratório-qualitativa, segundo a qual serve-se de entrevistas com profissionais técnicos do Ministério Público do Estado do Tocantins atuantes na área. Recorreu-se a estudos de casos de boas edificações que atendem ao público alvo do projeto em estudo. Além disso, utilizou-se do levantamento bibliográfico de materiais já publicados, em que a fundamentação teórica tratou do histórico, da arquitetura inclusiva, das classificações e características das modalidades de acolhimento institucional. Continuamente, foi efetuada a análise dos condicionantes do terreno escolhido, considerando suas especificidades que devem contribuir para o enriquecimento do anteprojeto da proposta, e, por fim, foi exposto o partido arquitetônico adotado de forma coesa com o tema, a fim de valorar o presente projeto.

Palavras-chave: Abrigo Institucional. Crianças. Adolescentes. Arquitetura Inclusiva. Modalidades.

## ABSTRACT

SANTOS, Henrique Júlio Ribeiro. **Institucional Shelter – Proposed Architectural Draft**. 2020. 52 f. Completion of Course Work (Undergraduate) – Course of Architecture and Urbanism, University Center Lutheran of Palmas, Palmas/TO, 2020.

This research addresses the development of an institutional shelter for children and teenagers in situation of social vulnerability to be implemented in the city of Palmas – TO. The lack of institutional reception institutions with adequate infrastructure in the capital, shows the importance of the proposal of an accessible and humanized draft to minimize the impacts caused by the separation from the Family bond. In face of this reality, this study aims to propose an architecture that enables a dignified and reference servisse provision, in view os the contribution os the entity to ensure the rights pre-established by the Child and Adolescent Statue (ECA). For the elaboration of this research, the exploratory and qualitative methodology was adopted, using interviews with technical professionals from the Public Ministry of The State of Tocantins working in the area. We used case studies of good buildings that serve the target audience of the Project under study. In addition, we used the bibliographic survey of materials already published, where the theoretical foundation dealt with de history, inclusive architecture, classifications and characteristics of institutional reception modalities. Continuously, the analysis of the conditions of the chosen terrain was carried out, considering its specificities that should contribute to the enrichment of the preliminar Project, and, finally, the architectural party adopted in a cohesive manner with the theme was exposed, in order to value the presente project.

Keywords: Institutional Shelter. Children. Teens. Inclusive Architecture. Modalities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Sala de estudo e estar da Casa Acolhida - Palmas-TO.....	26
Figura 2. Quartos da Casa Acolhida - Palmas-TO.....	26
Figura 3. Planta de implantação.....	28
Figura 4. Setorização vertical.....	29
Figura 5. Elementos fachada.....	29
Figura 6. Setorização 3º Pavimento.....	30
Figura 7. Interior e circulação.....	31
Figura 8. Setorização pavimento.....	31
Figura 9. Setorização 1º Pavimento.....	32
Figura 10. Setorização 2º Pavimento.....	32
Figura 11 Setorização planta padrão projeto Amamos.....	33
Figura 12 Planta de anexo do pavimento térreo da reforma de Amamos.....	34
Figura 13. Planta de anexo do pavimento superior da reforma de Amamos.....	34
Figura 14. Localização do terreno e vias de acesso.....	35
Figura 15. Edificações do entorno e transporte público.....	36
Figura 16. Estudo do entorno e infraestrutura.....	37
Figura 17. Topografia do terreno.....	38
Figura 18. Árvores existentes e perspectivas do terreno.....	39
Figura 19. Rosa dos ventos para a cidade de Palmas entre 2005 e 2015.....	40
Figura 20. Ventilação e insolação no terreno.....	40
Figura 21. Funcionograma.....	43
Figura 22. Estrutura com concreto armado.....	45
Figura 23. Fechamento em alvenaria.....	45
Figura 24. Parede em Drywall.....	45

Figura 25. Telha termoacústica.....	46
Figura 26. Piso em borracha.....	46
Figura 27. Brises soleil.....	47
Figura 28. Painéis fotovoltaicos.....	47
Figura 29. Raízes Subterrâneas.....	48
Figura 30. Raiz Pivotante e Fava de Bolota.....	48
Figura 31. Forma do Jardim.....	49
Figura 32. Materiais e elementos.....	49
Figura 33. Estratégia compositiva – Abrigo Institucional.....	50
Figura 34. Estrutura – Abrigo Institucional.....	51
Figura 35. Articulações funcionais do acolhimento.....	52

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características do terreno de acordo com o uso do solo - Lei complementar nº 321 de outubro 2015.....	38
Tabela2. Programa de necessidades e pré-dimensionamento.....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MPTO	Ministério Público do Estado do Tocantins
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome
CAOPIJE	Centro de Apoio Operacional Às Promotorias da Infância, Juventude e Educação
HM	Habitação Multifamiliar
HU	Habitação Unifamiliar

## EPÍGRAFE

*“Como uma nova onda, uma geração jovem está em vias de subir. Chegam com seus defeitos e qualidades. Criemos-lhes condições para que possam se tornar melhores”.*

(Janus Korczak)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1	Problemática	14
1.2	Justificativa	14
1.3	Objetivos	15
1.3.1	<b>Objetivo geral</b>	<b>15</b>
1.3.2	<b>Objetivos específicos</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>16</b>
3.1	ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANTECEDENTES	17
3.1.1	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei 12.010/2009: promulgação e aplicação</b>	<b>18</b>
3.2	PRINCÍPIOS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
3.2.1	<b>Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar</b>	<b>21</b>
3.2.2	<b>Provisoriidade do Afastamento do Convívio Familiar</b>	<b>21</b>
3.2.3	<b>Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários</b>	<b>22</b>
3.2.4	<b>Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade</b>	<b>22</b>
3.2.5	<b>Oferta de Atendimento Personalizado e individualizado</b>	<b>22</b>
3.2.6	<b>Garantia de Liberdade de Crença e Religião</b>	<b>23</b>
3.2.7	<b>Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem</b>	<b>23</b>
3.3	MODALIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	23
3.3.1	<b>Abrigo institucional ou abrigo de permanência continuada;</b>	<b>23</b>
3.3.2	<b>Casa Lar</b>	<b>24</b>
3.3.3	<b>Casa de Passagem/acolhida ou Albergue</b>	<b>25</b>
3.3.4	<b>República</b>	<b>25</b>
3.3.5	<b>Modalidade adotada</b>	<b>25</b>
3.4	ARQUIETURA INCLUSIVA E ACOLHEDORA	27
<b>4</b>	<b>ESTUDOS DE CASO</b>	<b>28</b>
4.1	CENTRO DE BEM-ESTAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (PARIS, FRANÇA)	28

4.2	BERÇÁRIO PRIMETIME (SP, BRASIL) .....	30
4.3	AMAMOS (OSASCO, BRASIL) .....	33
<b>5</b>	<b>LEITURA DE SÍTIO</b> .....	<b>35</b>
5.1	LOCALIZAÇÃO DO LOTE .....	35
5.1.1	<b>Análise do Entorno</b> .....	<b>36</b>
5.1.2	<b>Infraestrutura no Entorno</b> .....	<b>37</b>
5.2	CONDICIONANTES DO TERRENO .....	37
5.2.1	<b>Topografia</b> .....	<b>38</b>
5.2.2	<b>Vegetação Existente</b> .....	<b>39</b>
5.2.3	<b>Insolação e Ventilação predominantes</b> .....	<b>39</b>
<b>6</b>	<b>DIRETRIZES PROJETUAIS</b> .....	<b>41</b>
6.1	PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO .....	41
6.2	FUNCIONOGRAMA .....	42
6.3	NORMAS E LEGISLAÇÃO.....	43
6.3.1	<b>Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente</b> .....	<b>43</b>
6.3.2	<b>Lei Complementar nº 321, de 13 de outubro de 2015</b> .....	<b>44</b>
6.3.3	<b>Lei Complementar nº 305, de 02 de outubro de 2014 - Código Municipal de Obras</b> .....	<b>44</b>
6.3.4	<b>Lei nº 1.787 de 15 de maio de 2007</b> .....	<b>44</b>
6.3.5	<b>ABNT NRB – 9050 de 2015 – Acessibilidade a Edificações, mobiliários, espaços e equipamentos</b> .....	<b>44</b>
6.4	SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS.....	44
6.4.1	<b>Estrutura</b> .....	<b>44</b>
6.4.2	<b>Vedação</b> .....	<b>45</b>
6.4.3	<b>Cobertura</b> .....	<b>45</b>
6.4.4	<b>Revestimentos</b> .....	<b>46</b>
6.5	SUSTENTABILIDADE .....	46
6.5.1	<b>Brise Soleil</b> .....	<b>47</b>
6.5.2	<b>Energia Solar</b> .....	<b>47</b>
6.6	PARTIDO ARQUITETÔNICO .....	48
6.7	ESTRATÉGIA COMPOSITIVA .....	50
6.8	MODULAÇÃO ESTRUTURAL.....	51
6.9	ARTICULAÇÕES FUNCIONAIS.....	51

<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As entidades de acolhimento institucional são definidas como equipamentos urbanos de proteção provisória para crianças e adolescentes condicionadas a fatores de riscos ambientais, tais como: a vulnerabilidade socioeconômica, a negligência familiar, a violência, o abuso etc. É uma medida de caráter emancipatório que assegura assistência às necessidades básicas para o desenvolvimento daqueles que são o futuro da sociedade.

O acolhimento institucional, ao passar das décadas, foi de caráter catequizador, com intuito de reformular o passado, ao desenvolvedor, com o objetivo de vislumbrar perspectivas de avanço para o futuro. Diante disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) é considerado um divisor de águas, já que com a sua promulgação as crianças e os adolescentes não eram “abrigados”, mas sim, “acolhidos”. Entretanto, são raros os casos de regiões no Brasil que possuem edificações com estrutura capaz de provir o desenvolvimento de atividades básicas, isso quando possui o atendimento de acolhimento institucional na cidade ou estado.

Nesse sentido, o CAPOIJE/MPTO (2020), divulgou que mais de 60% das cidades tocantinenses não possuem serviço de acolhimento institucional (SAI). Representando a maioria, mais da metade do Estado do Tocantins não possui edificações destinadas ao serviço de acolhimento. Os municípios que possuem acolhimento institucional, utilizam-se, em sua maioria, de estruturas pré-existentes sem que houvesse a formulação de um programa de necessidades adequado, tanto ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, quanto ao bem-estar dos funcionários.

Com base nessas considerações, reforça-se a importância dessa pesquisa para elaborar o anteprojeto pensado exclusivamente para o seu destino de uso, o acolhimento institucional. Assim, o presente projeto visa propor espaços planejados que colaborem com as atividades propostas, a fim de garantir a segurança, a saúde psicológica e física, a individualidade, a diversidade, a autonomia e os vínculos familiares.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se uma metodologia de caráter qualitativa com levantamento de referencial teórico que aborda o histórico, os princípios, as normas e as recomendações quanto a composição dos ambientes do acolhimento institucional temporário. Utilizou-se também de entrevista com

profissionais experientes e familiarizados com o tema, para identificar as carências reais existentes nesses ambientes.

### **1.1 Problemática**

Analisando o contexto do tema apresentado, é possível elaborar um anteprojeto arquitetônico dotada de ambientes para suporte educacional, psicológico e médico básico, para assistir crianças em situação de vulnerabilidade social que minimize os impactos negativos causados no período de permanência na instituição?

### **1.2 Justificativa**

Inúmeros fatores levam milhares de crianças e adolescentes à dependência do acolhimento institucional. São eles a vulnerabilidade socioeconômica, a negligência familiar, a violência, o abuso, etc. Costa e Dell' Aglio (2009) os entendem como "fatores de riscos ambientais". (Koller, 2000; Paulo & Koller, citado por Costa & Dell' Aglio, 2009)

No Brasil, há cerca de 36.929 crianças e adolescentes acolhidos em instituições. Na região Sudeste, encontram-se a maioria, cerca de 22,5% das meninas e meninos abrigados (8.324). No território Norte encontram-se 2,8% dos assistidos (1051). (SNAS/MDS, 2013)

No Tocantins, dos 139 municípios mais de 60% não possuem serviço de acolhimento institucional (SAI). Ou seja, 88 cidades não cumprem com a medida protetiva dos direitos da criança e do adolescente assegurada pelo ECA. Somente 22 municípios acatam o que está previsto em lei, enquanto 29 estão em processo de inserção do sistema. Já a capital Palmas possui 2 unidades de acolhimento. (CAOPIJE/MPTO, 2020)

É indispensável pontuar que as edificações existentes no estado do Tocantins não atenda ao padrão arquitetônico mínimo adotado pelas Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2008). O que abranda a eficácia dos fatores de proteção adotados pelas instituições. Para Paulo e Koller (citados por Costa & Dell' Aglio, 2009), "os fatores de proteção são aqueles que proporcionam um ambiente favorável ao desenvolvimento e diminuem a incidência e a gravidade de resultados negativos frente aos fatores de risco" (p.220).

Diante desta carência, propõe-se a elaboração de um anteprojeto arquitetônico de um abrigo institucional que atenda aos requisitos preestabelecidos, buscando garantir a segurança, a saúde psicológica e física, a individualidade, a diversidade, a autonomia e os vínculos familiares.

Projeta-se uma instituição pública com atendimento para crianças de 0 a 12 anos incompletos, que supra a carência de uma planta arquitetônica referência no acolhimento institucional do estado do Tocantins. A idade escolhida é em razão das peculiaridades da idade, da complexidade física, da necessidade de intervenção técnica e da prática de gestão de qualidade, fatores debatidos por reuniões realizadas via *Google Meet* com assistentes sociais que possuem experiência na área do acolhimento institucional público regional.

### **1.3 Objetivos**

#### **1.3.1 Objetivo geral**

Desenvolver uma proposta de anteprojeto arquitetônico de cunho social: um abrigo institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

#### **1.3.2 Objetivos específicos**

- Propor ambientes que forneçam suporte educacional, psicológico e médico básico;
- Desenvolver um anteprojeto arquitetônico que minimize os impactos negativos causados no período de permanência na instituição;
- Investigar diretrizes projetuais quanto a arquitetura inclusiva e suas contribuições para uma edificação acessível;

## **2 METODOLOGIA**

O projeto de pesquisa em questão possui finalidade aplicada, o que, conforme explana Gerhardt; Silveira (2009, p. 35) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

No que tange à natureza da abordagem adotada, trata-se de uma pesquisa qualitativa com caráter subjetivo, no intuito de promover uma maior compreensão dos fenômenos estudados. GUERRA (2014). Ou seja, busca compreender

o comportamento do usuário, estudando as suas singularidades e experiências individuais.

Referente ao objetivo metodológico, esse estudo é exploratório, com o propósito de proporcionar maior familiaridade com o tema em análise e o problema descrito através de levantamento bibliográfico, estudos de casos e entrevistas com funcionários públicos experientes na área. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Em relação aos instrumentos de pesquisas adotados nesse projeto, são eles: levantamento bibliográfico através de artigos, livros e teses referentes ao tema estudado. Buscou-se também edificações referências para estudos de casos. Além disso, foram realizadas entrevistas com duas assistentes sociais, ambas servidoras públicas no estado do Tocantins.

Nesse sentido, as reuniões permitiram um estudo baseado na realidade local, por meio de levantamentos fotográficos das edificações existentes e a experiência profissional de ambas as entrevistadas, que direcionou a localização do terreno escolhido e a formulação de um programa de necessidades de excelência.

Por fim, utilizou-se das informações reunidas para montar um programa de necessidades que melhor se enquadra às exigências das Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2008), as necessidades dos usuários, a realidade local e ao terreno escolhido. Assim, como a fundamentação do partido arquitetônico, materiais e métodos sustentáveis apropriados aos condicionantes ambientais da cidade de Palmas-TO.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

A elaboração do respectivo anteprojeto arquitetônico tem como intuito acolher crianças de 0 a 12 anos incompletos em situações de vulnerabilidade social por meio de ambientes humanizados e elaborados e, portanto, assegurar o bem-estar e o vínculo familiar dos pequenos durante o processo.

Portanto, será explanado um breve histórico dos caminhos percorridos na institucionalização de crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil e, adiante, os princípios do acolhimento institucional assim como a vitalidade da arquitetura para garantir os mesmos.

### 3.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ANTECEDENTES

As origens do acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil remota ao período colonial português, em que, a Igreja estrategicamente acolhia e catequizava os nativos. Os padres ensinavam as crianças, separando-as das suas famílias e incorporadas na moradia em abrigos; denominados na época como *Casa dos Muchachos* (BENTO, 2014, p. 25). Os meninos e as meninas abrigados eram em sua maioria de origem indígenas e os demais órfãos ou enjeitados vindos da Europa, as crianças nativas tornaram-se reflexos das portuguesas e, conseqüentemente, surgiram às primeiras entidades acolhedoras. Assim, em 1928 fundou-se a primeira instituição de acolhimento por iniciativa da Igreja Católica, conforme alega Baptista (2006), citado por (BENTO, 2014).

Perante esse contexto, Maria Luiza Marcílio, (VENANCIO, 2010, p.17), trouxe a público documentos da Igreja Católica que escancarava a Roda dos Expostos<sup>1</sup> através da porcentagem de bebês ilegítimos e abandonados durante o final do século XVIII e início do XIX. Em sua maioria eram crianças nascidas fora do casamento (40%), cerca de 25% eram ilegítimas e 15% abandonadas ao nascer (VENANCIO, 2010). As Casas dos Expostos tinham como objetivo primordial proteger a moral das famílias, efemerizando o fim dado aos frutos das uniões ilícitas.

Diante dessa realidade, em 1922 foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Tratou-se da incorporação aos asilos como abrigo para crianças abandonadas que, com o tempo, assemelharam-se às instituições militares. As edificações passaram a ter muros altos e o isolamento das crianças (PALATTO, 2012). O escritor mostra, ainda, que, nesta época, foi criado o primeiro *Juízo de Menores do Brasil* (1923). Em seguida, a regulamentação do *Conselho de Assistência e Proteção dos Menores* (1924), que somente através do Decreto nº 17.943-A foi se consolidar.

---

<sup>1</sup> A Roda dos Enjeitados ou Roda dos Expostos consistia num mecanismo utilizado para abandonar recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade. O mecanismo, em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia. Esse modelo de acolhimento ganhou inúmeros adeptos por toda a Europa, principalmente a Igreja católica, a partir do século XVI.

Através desse início conturbado, o processo da institucionalização encaminhou-se lentamente, crianças e adolescentes de rua foram marginalizados e tratados como risco ao bem-estar social durante décadas. O Código de Menores ou Código de Mello Matos, criado em 1927, destaca exatamente esse tratamento aos menores: a criminalização do infante pobre, caracterizando-os como abandonados e delinquentes. O regulamento debutou o atendimento à criança e ao adolescente em uma política específica, de castigo e correção (BENTO; 2014).

Entre 1927 a 1990 foram várias às tentativas com inúmeros códigos de Menores em que, num momento ou noutro, as crianças e os adolescentes acabariam sentenciados como “irregulares” e encaminhados às entidades de recolhimento, triagem, ressocialização ou guarda, para que sua situação irregular acabasse. Caso a família falhasse ou não pudesse cuidar do filho menor, o Estado automaticamente tomava a criança para si, como destaca SERRA (2008), citado por (PALATTO, 2012, p. 73).

É frente a este período caótico e em meio a abolição da escravatura que entra em decaimento a Roda dos Enjeitados, conseqüentemente, marcando o surgimento dos primeiros orfanatos no Brasil. Estas entidades tinham como intuito assistir menores de raças inferiores (VENÂNCIO, 1999, p.169). Entretanto, há vestígios de que os expostos, mesmo que em menor quantidade, continuaram por um certo período. Em cidades grandes como Salvador e Rio de Janeiro, foram abolidos nos anos de 1934 e 1938 respectivamente, relatou Venâncio (1999).

### **3.1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei 12.010/2009: promulgação e aplicação**

O Código Mello Matos de 1927 foi vigente por cerca de 50 anos, e assim, somente em 1979 houve uma reformulação do mesmo. Colocou-se um fim à doutrina do direito do menor, iniciada no século XVIII, em que a criança era categorizada conforme o comportamento de sua família para com ela (Campos et al., 2004).

Foi a partir de 1980, que a história da institucionalização de crianças e adolescentes toma novos caminhos. A década foi marcada por grandes conquistas no campo dos direitos sociais para menores vulneráveis no Brasil. Portanto, no intuito de compensar os danos causados às crianças e adolescentes no regime militar e em períodos que o antecedem, em 1986, foi criada a Comissão Nacional

Criança Constituinte, que em vista a inúmeros encontros e debates, 24 meses depois, consegue inserir dois novos artigos na Nova Constituição Federal de 1988, sendo eles, artigos 227 e 228. Ambos discorrem sobre a Proteção Integral de crianças e adolescentes (PALATTO, 2012). O artigo 227, caput da Constituição Federal de 88 define que:

É dever da família, da sociedade, e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. ” (Constituição Federal do Brasil e Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 4º., caput. 5º.)

Através da base e do melhor direcionamento proporcionado pelos artigos 227 e 228, em 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA<sup>2</sup>, Lei 8.069. Considerado um marco nacional no que tange a compreensão e as intervenções na infância e adolescência brasileiras. Segundo Mendonça (2002), o regimento veio a definir a ação social não só no plano material, mas colocando também a necessidade de atitudes e comportamentos em prol da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

Um novo horizonte surgia para a assistência social às crianças e adolescentes. A partir da promulgação do ECA, mudanças relevantes redimensionaram o trabalho no que se refere ao acolhimento institucional. Este, assegurado pelo novo regimento, se distanciando do que se conhecia pelos primeiros abrigos no final do século XIX. O acolhimento institucional na forma de abrigo agora é uma medida de proteção temporária e excepcional (ECA, 1990, Art. 101, inciso VII, § único).

Posteriormente à publicação do ECA, em 2009 foi promulgada a Lei 12.010/2009 com o intuito de rever as normas e políticas públicas do país ligada à infância e à juventude, pois não eram totalmente inclusivas, seja pela idade superior a três anos, quantidade de irmãos ou alguma individualidade física ou necessidade específica de saúde dos acolhidos (BERNARDI, 2010). Para Pereira (2011), a nova regulamentação propicia um novo conceito ao direito à convivência familiar, pois

---

<sup>2</sup> O ECA é um regulamento formado por 267 artigos, divididos em dois livros, livro I e II. O primeiro dispõe a respeito da parte geral, do Artigo 1º ao 85º. O segundo trata-se da parte especial que trata sobre política de atendimento e vai do 86º até o 267º.

adota a família substituta apenas em último caso. Priorizando a família natural e como novidade inclui a família extensa, em que, diz respeito a parentes e familiares.

Nesse sentido, o acolhimento institucional perde o caráter de institucionalização de permanência a longo prazo e passa a seguir uma política emancipatória, que promove a preservação dos vínculos familiares e comunitário. Entretanto, soa como utópico. Em um levantamento efetuado por Silva (2004), constatou-se que a permanência das crianças e adolescentes, em alguns casos, ultrapassa a 10 anos.

Segundo Siqueira e Dell' Aglio (2006), comparadas aos primeiros abrigos brasileiros, as instituições de acolhimento apresentaram melhorias no atendimento. Contudo, ainda há falhas no sistema de acolhimento, analisando a pouca quantidade e a má qualificação dos funcionários; a precária socialização; e a dificuldade de integração entre o abrigo e outras instituições de reintegração social da criança e do adolescente.

Portanto, ainda com essa institucionalização enraizada na sociedade brasileira, crianças e adolescentes são retirados de suas famílias e passam a ocupar um espaço físico que pouco se parece com o círculo familiar. Sem estrutura, totalmente incapaz de prover o necessário para um desenvolvimento físico e psicológico adequado, bem como ajudá-los a obter perspectiva de futuro<sup>3</sup>.

Por fim, ressalta-se a importância desse estudo quanto a elaboração de um anteprojeto capaz de prover o aconchego, a socialização e a individualidade dos usuários. Já que a edificação irá acolher crianças e adolescentes em situações delicadas de suas vidas, em que, durante o processo de acolhimento institucional criarão memórias bases que refletirão na sua formação e reestruturação de vida. Nesse sentido, para alcançar os objetivos dessa pesquisa, faz-se necessário caracterizar os princípios dos serviços de acolhimento e suas modalidades. Pois eles serão a base para a concepção de uma arquitetura fundamentada, humanizada e funcional.

---

<sup>3</sup> Para compreender melhor essa questão, analisar estudos de Wagner, Falcke e Meza (1997); Locatelli, Buzneck e Guimarães (2007);

## 3.2 PRINCÍPIOS DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O presente capítulo objetiva caracterizar os princípios preestabelecidos pelo documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009), que os serviços de acolhimento deverão estruturar em seu atendimento, sendo eles:

### 3.2.1 Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar

O afastamento do círculo familiar deve ocorrer somente em último caso, todos os esforços devem ser tomados para manter o convívio da criança e do adolescente com a família, seja ela natural ou extensa. A fim de garantir que o ato de retirada provisória seja uma medida excepcional, utilizada apenas nas situações de grande vulnerabilidade física e/ou psíquica.

### 3.2.2 Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar

A partir do momento que o afastamento do convívio familiar for o método mais adequado para garantir a segurança da criança e do adolescente em determinado momento, medidas devem ser tomadas para possibilitar, no menor curto tempo possível, a reinserção ao meio familiar, preferencialmente na família natural ou extensa e, em último caso, encaminhado para adoção, como prescrito no Capítulo III, Seção III, do ECA.

Não deve se medir esforços para que o tempo de acolhimento seja de no máximo 2 anos<sup>4</sup>. Nesse período deve-se viabilizar a reintegração familiar de origem ou extensa, entretanto, caso haja a impossibilidade, deve-se encaminhar para a família substituta. Apesar de existir um limite de tempo sugerido, há um perfil de difícil colocação em família substituta<sup>5</sup>. Nesses casos, de nenhuma forma deve-se desistir de buscar alternativas para se garantir à criança e ao adolescente seu direito de convívio familiar.

---

<sup>4</sup> Considera-se: i. acolhimento emergencial: até um mês; ii. acolhimento de curta permanência: até seis meses; iii. Acolhimento de média permanência: até dois anos; e iv. Acolhimento de longa permanência: superior a dois anos.

<sup>5</sup> Crianças que já passaram dos 6 anos de idade e adolescentes, crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades específicas de saúde, pertencentes a minorias étnicas, que façam parte de grupos grandes de irmãos, dentre outros.

Nesse sentido, percebe-se a importância de uma arquitetura dotada de acessibilidade. Visto que, infelizmente, a maioria dos casos de longa permanência trata-se de crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais. Kowaltowski (2011), menciona que “a acessibilidade está inserida na aplicação dos conceitos de Desenho Universal, requisitos fundamentais para a vivência de um indivíduo em um ambiente público ou privado”.

### **3.2.3 Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários**

Os vínculos familiares e comunitários das crianças e dos adolescentes, são de extrema importância para a formação de sua identidade e constituição como sujeito e cidadão, portanto, devem ser fortalecidos durante o período acolhido. Nesse sentido, as ações cotidianas são primordiais para o fortalecimento desses vínculos, por meio de visitas e encontros familiares e com pessoas referências da comunidade da criança e do adolescente.

Portanto, é notória a importância de espaços físicos destinados ao fortalecimento desses vínculos, ambientes que contribuam para que o encontro da criança e do adolescente com a família seja agradável e afetivo.

### **3.2.4 Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não-discriminação**

Esse princípio assegura que qualquer criança ou adolescente que precise de acolhimento institucional deve ser atendido, independe de qualquer particularidade dos mesmos e de sua família. É inaceitável qualquer discriminação, bem como a suas famílias de origem, condições socioeconômicas, arranjo familiar, etnia, religião, deficiência, AIDS, orientação sexual e entre outros aspectos. Assim, o atendimento e a arquitetura não devem tomar caráter exclusivo. Ambos precisam se mostrar flexíveis às mais variadas particularidades dos usuários.

### **3.2.5 Oferta de Atendimento Personalizado e individualizado**

Toda criança e adolescente tem direito a viver num ambiente favorável de seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado. Para tanto, a entidade de acolhimento deve ser destinada a grupos pequenos, para que possa ser possível oferecer qualidade e personalização ao atendimento. Os espaços privados devem possuir elementos destinados a objetos

peçoais e registros fotográficos, sobre a história e desenvolvimento de cada criança e adolescente.

### **3.2.6 Garantia de Liberdade de Crença e Religião**

Diferente do período colonial, os antecedentes religiosos das crianças e dos adolescentes devem ser respeitados. Tanto pelos funcionários que prestam o serviço, quanto por aqueles com quais venha a manter contato em razão de seu acolhimento. Nesse sentido, os acolhidos devem possuir acesso às atividades referentes a sua religião e o direito de recusar qualquer instruo religiosa que não lhe seja significativa.

### **3.2.7 Respeito  Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem**

Durante o acolhimento institucional, várias decisões acerca do desenvolvimento e trajetória de vida da criança e do adolescente são tomadas. O sujeito em questão deve ter sua opinião considerada nas decisões obtidas, desde que esteja condizente com o seu grau de desenvolvimento. A equipe organizadora do ambiente de acolhimento também deverá proporcionar fortalecimento gradativo da autonomia, condizentes com a aquisio de habilidades nas diferentes faixas etária.

## **3.3 MODALIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

O presente capítulo objetiva caracterizar as quatro modalidades do acolhimento institucional, sendo eles: (1) Abrigo institucional ou abrigo de permanência continuada; (2) Casa Lar; (3) Casa de acolhida/passagem ou albergues e (4) Repúblicas. Além disso, visa apontar o tipo adotado, o público alvo e como a estrutura deve atender ao usuário.

### **3.3.1 Abrigo institucional ou abrigo de permanência continuada;**

O abrigo institucional, além de ser o mais comum no Brasil,  também o mais abrangente dentre as modalidades em capacidade de acolher crianças e adolescentes em situao de vulnerabilidade social. Segundo as Orientaes Técnicas (2009), os padrões arquitetônicos do serviço de acolhimento devem garantir espaços privados e adequados ao desenvolvimento da criança e do adolescente, respectivamente, semelhantes ao de residências e estar inserido no

meio urbano, próximo a comunidade e em áreas residenciais, sem distanciar-se geograficamente e socioeconomicamente da origem dos acolhidos.

Para tanto, deve-se oferecer acessibilidade, espaços para estudo e área para lazer. No entanto, o acolhimento não deve conter em suas dependências equipamentos que a torne uma edificação total<sup>6</sup>. O abrigo de permanência continuada deve atender até 20 crianças e adolescentes, de maneira que em cada dormitório tenha 4 crianças/adolescentes – no máximo 6. A distribuição de crianças e adolescentes por quarto deverão ser tomadas sob os seguintes aspectos: idade, sexo, se há grupo de irmãos ou com outros vínculos parentesco, dentre outros.

As orientações técnicas também estabelecem que os usuários devem estabelecer uma rotina constante e estável, tanto os acolhidos quanto os educadores/cuidadores. Os funcionários devem evitar sistemas de plantões, visto que prejudica a dinâmica do local e pode causar instabilidade emocional.

### **3.3.2 Casa Lar**

Esse tipo de acolhimento objetiva facilitar o desenvolvimento de relações mais afetivas e próximas de um ambiente familiar. O número de acolhidos pode variar até 10 crianças e adolescentes entre zero e 18 anos, ou seja, metade do limite de um abrigo de permanência continuada. Assim, a menor variação do número de crianças acolhidas, facilita a relação cuidador x acolhido, a torna mais estável e afetiva, devido a capacidade de dedicação do cuidador.

Além de se diferir do abrigo institucional devido ao número máximo de crianças e adolescentes atendidos por equipamento, a modalidade possui um educador/cuidador residente – indivíduo ou casal que mora na casa lar juntamente com os acolhidos, sendo encarregado pelos afazeres e pela organização da dinâmica da casa. As crianças e os adolescentes também devem participar na tomada de decisões sobre a rotina da casa, de modo a instigar a sensação de pertencimento como integrante do grupo, com direitos e deveres.

---

<sup>6</sup> Edificação total trata-se de uma arquitetura completa, em que se possui praticamente tudo e para isso, o usuário não necessite sair de dentro dela para buscar atendimento médico, odontológico, educação infantil e entre outros.

### **3.3.3 Casa de Passagem/Acolhida ou Albergue**

Semelhante aos demais tipos de estruturas, as Casas de passagem/acolhida constituem ações protetivas às crianças e adolescentes. A entidade de acolhimento oferece cuidados básicos de higiene, segurança, alimentação, orientação de profissionais e entre outros. Além disso, a instituição possui uma flexibilidade de atendimento diferente, visto que acolhem tanto o menor desamparado como aqueles acompanhados por um responsável.

Esse serviço de acolhimento se difere do abrigo de permanência continuada por destinar-se a crianças e adolescentes de rua, que podem ou não estar acompanhados pelos pais. Geralmente, os acolhidos de zero a dezoito anos de idade são direcionados por profissionais da educação, no intuito de construir uma relação afetuosa e confiável para futura análise de reinserção na família de origem ou transferência para abrigos institucionais.

### **3.3.4 República**

A modalidade de acolhimento república oferece suporte e moradia aos jovens de dezoito a vinte e um anos de idade em situação de vulnerabilidade social. Devido a complexidade da idade atingida, a entidade abriga em média de 6 jovens por instituição. A figura do cuidador/educador não existe, o intuito da estrutura é que os abrigados ganhem autonomia pessoal e auto-gestão.

Nesse sentido, os técnicos-profissional direcionam os jovens a projetos que os preparem para o desligamento do programa, proporcionando-os autonomia e independência. Gradativamente, os abrigados devem assumir responsabilidades financeiras e contribuir nas despesas da residência.

O serviço de república na maioria dos casos se organiza em unidades femininas e masculinas, assemelhando-se as repúblicas estudantis universitárias. Há um processo seletivo para colocar os jovens com afinidades e autônomoas semelhantes na mesma unidade, o objetivo é facilitar a criação de vínculos entre os usuários.

### **3.3.5 Modalidade adotada**

A modalidade adotada para esse anteprojeto será o abrigo institucional, devido a sua abrangência e flexibilidade nos serviços prestados. Além disso, levou-se em consideração principalmente as reuniões realizadas via *Google Meet* com as

assistentes sociais do CAOPIJE-TO. Ambas relataram a carência dos serviços prestados pela modalidade de abrigo de permanência continuada na cidade de Palmas-TO.

Nesse sentido, em relatórios fotográficos da instituição Casa Acolhida em Palmas-TO é perceptível os ambientes improvisados, sem humanização, aconchego e individualidade (figuras 1 e 2). Após a notória defasagem do atendimento, reafirma a importância da elaboração de um anteprojeto arquitetônico humanizado, acolhedor e funcional, que os usuários possam se interagir e criar laços afetivos, identidade e apropriação com o espaço em que vivem.

**Figura 1.** Sala de estudo e estar da Casa Acolhida - Palmas-TO



**Fonte:** MPTO/CAOPIJE (2020)

**Figura 2.** Quartos da Casa Acolhida - Palmas-TO



**Fonte:** MPTO/CAOPIJE (2020)

Segundo as técnicas do MPTO/CAOPIJE, com base no acúmulo de experiência e conhecimento, e das várias vistorias feitas aos acolhimentos do estado, observa-se que é mais efetivo e pedagógico as edificações menores que evitam revitimização institucional e longa permanência nessas unidades. As orientações do caderno preveem para até 20 crianças e adolescentes, no entanto torna-se inviável a convivência familiar, comunitária e a efetividade com essa enorme quantidade.

Nesse sentido, o equipamento de acolhimento terá seu programa de necessidades baseado para atender 10 crianças de 0 a 12 anos incompletos. O objetivo da quantidade escolhida é criar ambientes afetuosos e organizados, evitando super lotações e a inviabilidade administrativa da instituição.

### 3.4 ARQUITETURA INCLUSIVA E ACOLHEDORA

A arquitetura parte da elaboração de um programa de necessidades, em que transmite diversas sensações aos usuários através das texturas, tonalidades, formas, iluminação e entre outro. Também influencia na percepção, bem-estar, na produtividade e na saúde dos indivíduos (SCOPEL, 2015).

Segundo a Cartilha de Ambiência (2006), deve-se considerar que o ambiente vise a confortabilidade, valorizando aspectos dos espaços que interagem com as pessoas. Além de possibilitar a produção de subjetividades por meio do encontro de sujeitos, através da ação e reflexão sobre os processos de trabalho, conseqüentemente, favorece a otimização de recursos e atendimento humanizado, resolutivo e acolhedor.

As necessidades dos clientes e a finalidade do espaço definem os elementos arquitetônicos a serem escolhidos para a composição da edificação. Contudo, é indispensável assegurar que todos, independentemente de suas individualidades, possam ter autonomia sobre o usufruto dos espaços, dotados de acessibilidade.

Nessa perspectiva, o Desenho Universal permite o acesso e o usufruto de forma mais igualitária aos indivíduos independentemente dos condicionantes físicos e psíquicos (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008). Além disso, a universalidade do desenho compreende as variáveis do conforto ambiental, tais como ruídos, temperatura, luminosidade, ventilação e insolação. Ainda nesse sentido, a NBR 9050 (Norma Brasileira – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, 2004), regulamenta e assegura a acessibilidade dos espaços por meios de pré-requisitos estabelecidos em lei.

O público-alvo do acolhimento institucional são crianças e adolescentes em processo de aprendizagem, além de obrigatoriamente frequentar escolas, deve-se possuir recursos e uma estrutura adequada para estudarem fora da instituição escolar. Conforme Kowaltowski (2011), é suprássumo estudar e pensar no conforto dos projetos, pois a aprendizagem está interligada a condições internas, iluminação e ventilação.

## 4 ESTUDOS DE CASO

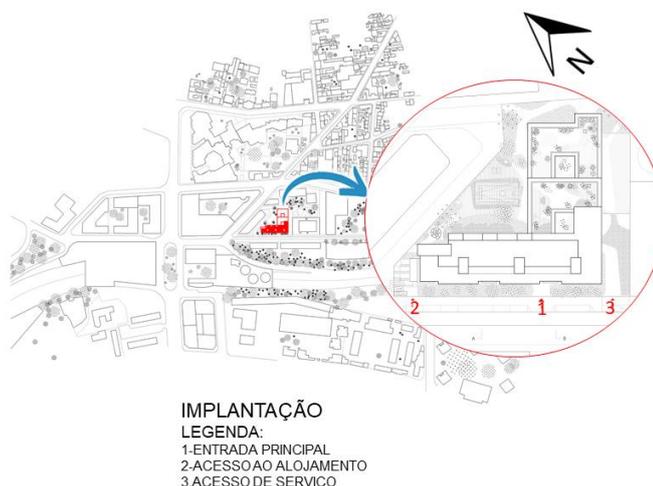
Esse capítulo tem como objetivo apresentar e esmiuçar estudos de casos de edificações referências na área. Foram estudadas três instituições de categoria de permanência continuada para melhor entendimento e funcionamento de arquiteturas referentes ao tema. Cada estudo possui um atendimento mais específico para certa idade da infância, porém, somados contribuem para a abrangência do futuro anteprojeto de abrigo institucional.

### 4.1 CENTRO DE BEM-ESTAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (PARIS, FRANÇA)

O presente projeto consiste em um abrigo de permanência continuada. A instituição está localizada em Porte des Lilas, em Paris na França, foi projetada em 2013 pelos arquitetos Marjan Hessamfar & Joe Verons e possui uma área de 6.225m<sup>2</sup>. Quanto à locaçaização, está implantada em uma região que conta com a completa instalação de equipamentos públicos e infraestrutura urbana. A edificação possui planta arquitetônica em L (figura 3) e trata-se de uma edificação vertical composta por subsolo, pavimento térreo e outros 5 andares, um andar destinado à uma faixa etária diferente (figura 4).

A edificação possui um acesso muito amplo pelo público, devido a esse fator cada pavimento é independente, ou seja, destinado ao seu próprio uso específico e regulamento de saúde e segurança. No térreo e no 4º andar estão instaladas as salas de tratamentos referente a saúde e no 5º andar uma creche (figura 4). Admira-se a flexibilidade do projeto, pois seus corredores são dimensionados de modo a poder dar outra usabilidade ao pavimento.

**Figura 3.** Planta de implantação



**Fonte:** Archdaily – adaptado pelo autor (2020)

**Figura 4.** Setorização vertical

**Fonte:** Archdaily – adaptado pelo autor (2020)

A edificação consegue manter uma linguagem arquitetônica mesmo com os diferentes usos de cada pavimento, através do uso de concreto branco, ouro e persianas trabalhadas em ferro preto fosco. Na fachada percebe-se elementos em madeira, metal e persianas, adotados como elementos de estética e proteção contra os raios solares (figura 5). Fatores estéticos e de proteção solar que serão adotados no abrigo institucional.

**Figura 5.** Elementos fachada

**Fonte:** Archdaily (2013)

Quanto a setorização do centro de bem-estar, foi feita a análise do 3º pavimento, visto que, possui uma complexidade semelhante ao do presente trabalho. Nesse patamar, possui-se quartos com até 3 camas, banheiros masculinos e femininos, escritório para equipe educacional, escritório para funcionários, sala de jogos, sala de leitura, espaço ao jardim, sala de jantar e área externa (figura 6).

**Figura 6.** Setorização 3º Pavimento

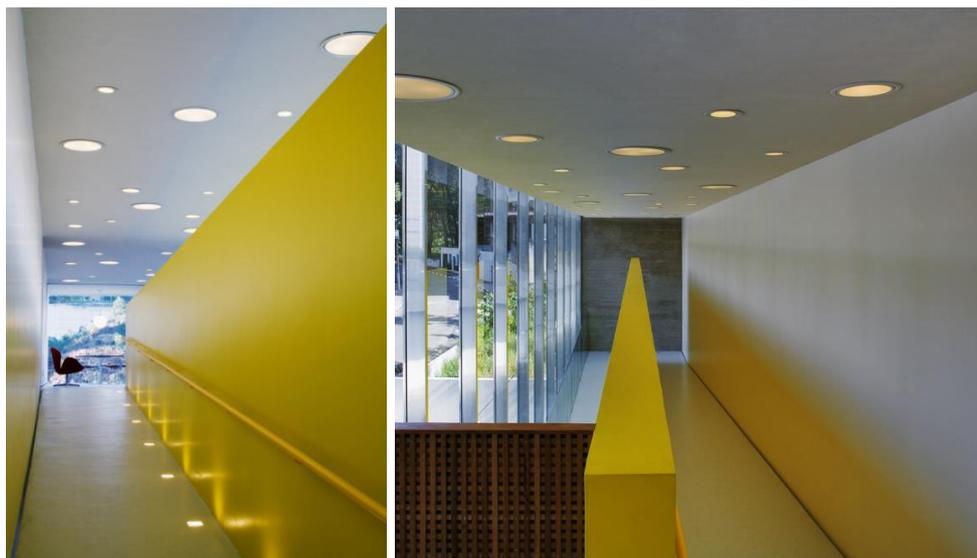
Fonte: Archdaily – adaptado pelo autor (2020)

Por fim, devido as circulações serem objetivas, a edificação estudada norteou na dinamicidade do fluxograma e funcionograma. Assim como, a disposição dos ambientes dentro da estrutura, de forma a assegurar a privacidade dos acolhidos.

#### 4.2 BERÇÁRIO PRIMETIME (SP, BRASIL)

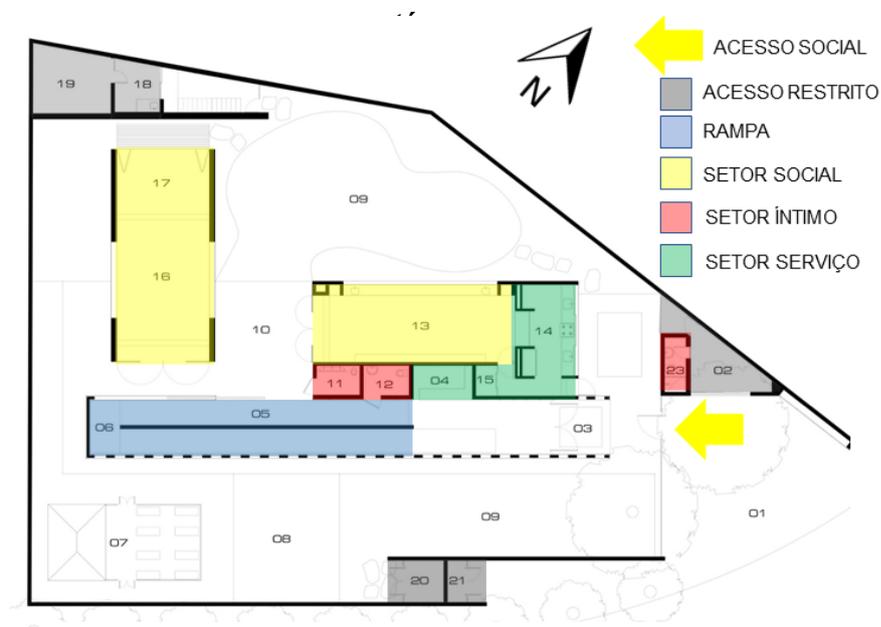
A edificação está localizada em um bairro nobre na Zona Oeste de São Paulo e conseqüentemente possui uma alta qualidade no que tange a equipamentos públicos, principalmente referente a mobilidade urbana, logo que, inúmeras linhas de ônibus passam pelo bairro e a estação de metrô Butatã encontra-se nas redondezas. O projeto trata-se do primeiro berçário no Brasil para o atendimento de crianças de zero a três anos. O Primetime Child Development foi projetado pelo arquiteto Márcio Kogan em 2007 e possui 870m<sup>2</sup> de área construída.

Sua concepção se baseia nos princípios de um desenvolvimento da inteligência infantil através da priorização do relacionamento humano, atendendo as especificidades exigidas por essa faixa etária. O berçário priorizou a segurança e o conforto das crianças, devido a sua fragilidade nessa faixa etária, para isso fez uso de materiais como pisos absorventes de impacto, ergonomia operacional e toda circulação através de rampas (figura 7).

**Figura 7.** Interior e circulação

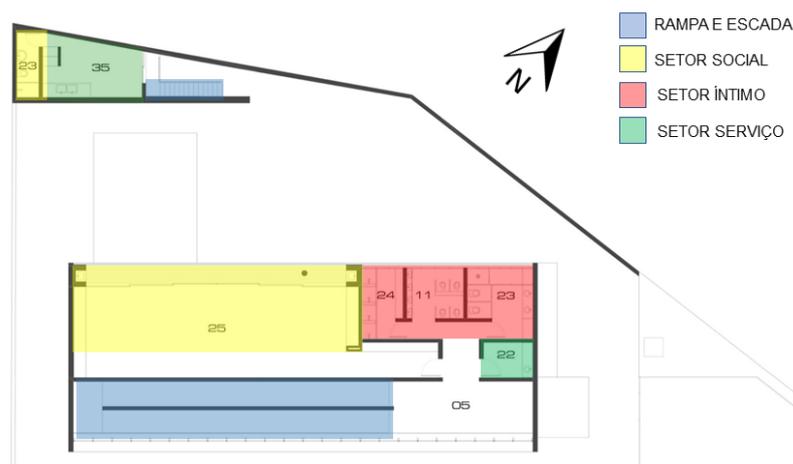
Fonte: Archdaily – (2007)

Referente a setorização, no térreo encontra-se o acesso principal dotada de recepção, rampa de acesso aos demais pavimentos, biblioteca, cozinha, refeitório, lavanderia, banheiros, sala multiuso com um palco para manifestações artísticas, depósito, ambiente para equipamentos e um grande local para lazer e interação das crianças (figura 8).

**Figura 8.** Setorização pavimento

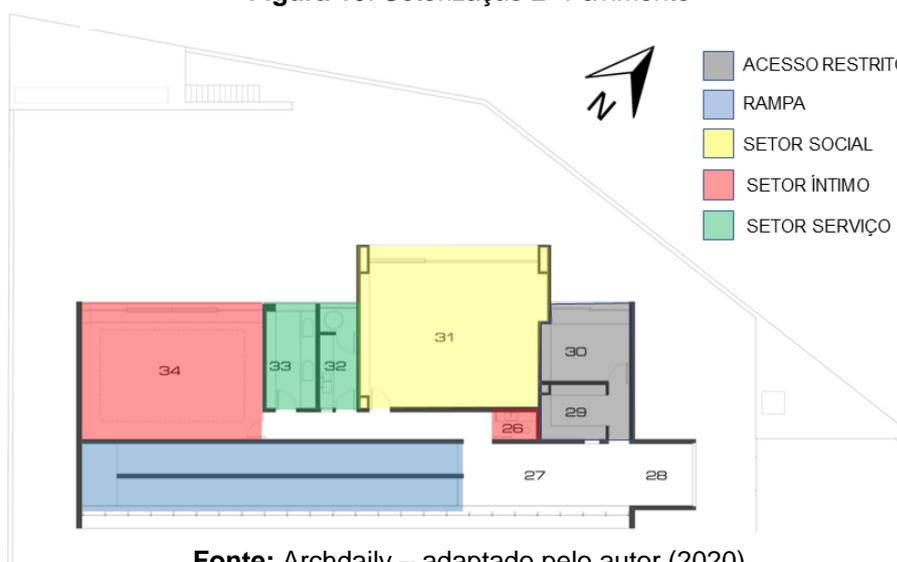
Fonte: Archdaily – adaptado pelo autor (2020)

O 1º pavimento é referente à saúde, também encontra-se uma sala de atividades, enfermaria, banheiros para funcionários e crianças e uma lavanderia (figura 9).

**Figura 9. Setorização 1º Pavimento**

Fonte: Archdaily – adaptado pelo autor (2020)

O 2º Pavimento é mais voltado para os funcionários e serviços, conta com um escritório, uma sala de espera para atendimento, uma sala de recreação, um pequeno lavabo e local para soneca e preparação de alimentos (figura 10).

**Figura 10. Setorização 2º Pavimento**

Fonte: Archdaily – adaptado pelo autor (2020)

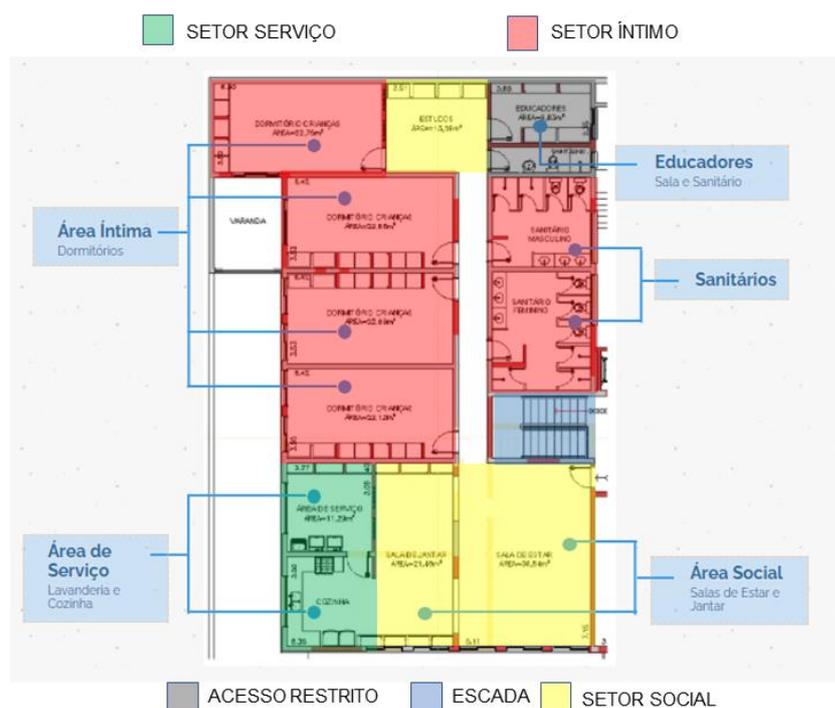
Apesar de ser um projeto de alto padrão, diferentemente dos centros de acolhimento institucional para crianças e adolescente; o berçário traz especificações referente a faixa etária mínima adotada pelo pressuposto abrigo institucional. Assim como, materiais adequados para a proteção dos pequenos, como por exemplo: o piso emborrachado.

#### 4.3 AMAMOS (OSASCO, BRASIL)

Fundada em 1991, Amamos trata-se de uma entidade de abrigo institucional, localizada na cidade de Osasco, São Paulo. Projetada por Marcelo Benedicto, a instituição possui capacidade para atender cerca de 60 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ou seja, o triplo do recomendado pelas Orientações Técnicas (2009). Sua infraestrutura conta com dormitórios masculino e feminino, salas de atividades, copa, fraldário, cozinha, enfermaria, brinquedoteca, sala de vídeo, depósitos, almoxarifados, sala administrativa, pedagógica, psicológica, tesouraria e lavanderia.

A estrutura está passando por uma reforma, cujo objetivo é se adequar a legislação vigente, visto que a planta arquitetônica padrão não era totalmente acessível (figura 11). Pois somente escada dava acesso aos demais pavimentos.

**Figura 11.** Setorização planta padrão projeto Amamos



**Fonte:** Instituição Amamos – adaptado pelo autor (2020)

Disponível em: <https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>. Acesso em 21 ago. 2020.

A reforma buscou interferir o menos possível na alvenaria existente, porém, visando enquadrar-se na legislação vigente e alcançar acessibilidade para toda a obra. Por se tratar de uma edificação antiga, é interessante analisar os métodos utilizados para que o abrigo possa se encaixar nos padrões atuais aceitáveis. O

pavimento térreo da reforma é de acesso exclusivo, somente funcionários podem entrar (figura 12).

**Figura 12.** Planta de anexo do pavimento térreo da reforma de Amamos



**Fonte:** Instituição Amamos – adaptado pelo autor (2020)

Disponível em: <https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>. Acesso em 21 ago. 2020.

Quanto ao pavimento superior estão locados os vestiários, sanitários, salas dos técnicos, administração e um bazar, como ilustrado na figura 13.

**Figura 13.** Planta de anexo do pavimento superior da reforma de Amamos



**Fonte:** Instituição Amamos – adaptado pelo autor (2020)

Disponível em: <https://www.amamos.org.br/projeto-reforma>. Acesso em 21 ago. 2020.

## 5 LEITURA DE SÍTIO

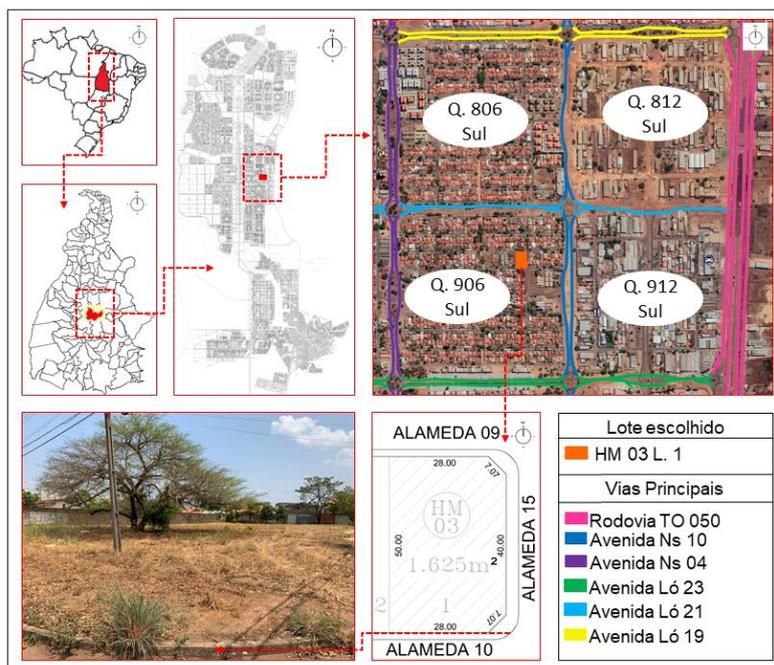
Este capítulo objetiva apresentar a área escolhida para a locação da proposta do abrigo institucional para crianças e adolescentes. Situar, analisar e estudar os condicionantes do terreno para a tomada de decisões projetuais que impactarão diretamente na efetividade da estrutura.

### 5.1 LOCALIZAÇÃO DO LOTE

Segundo as Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2008), a edificação do serviço de acolhimento deve estar localizada em áreas residenciais, sem afastar-se exageradamente do local de origem das crianças.

Nesse sentido, o terreno escolhido trata-se de uma HM e localiza-se na Quadra 906 Sul, Alameda 9 e 10, Lote 1 na região central da cidade (figura 14), com o intuito de possibilitar o atendimento de ambos os polos. Logo, conseguir atender toda a capital sem que os acolhidos se distanciem de forma excessiva das duas famílias de origem.

**Figura 14.** Localização do terreno e vias de acesso



**Fonte:** Sig Palmas e Google Maps – adaptado pelo autor

Referente aos acessos e vias, o lote está próximo à Rodovia TO 050, destacada na figura 14, em que facilita o seu acesso em casos emergenciais. O

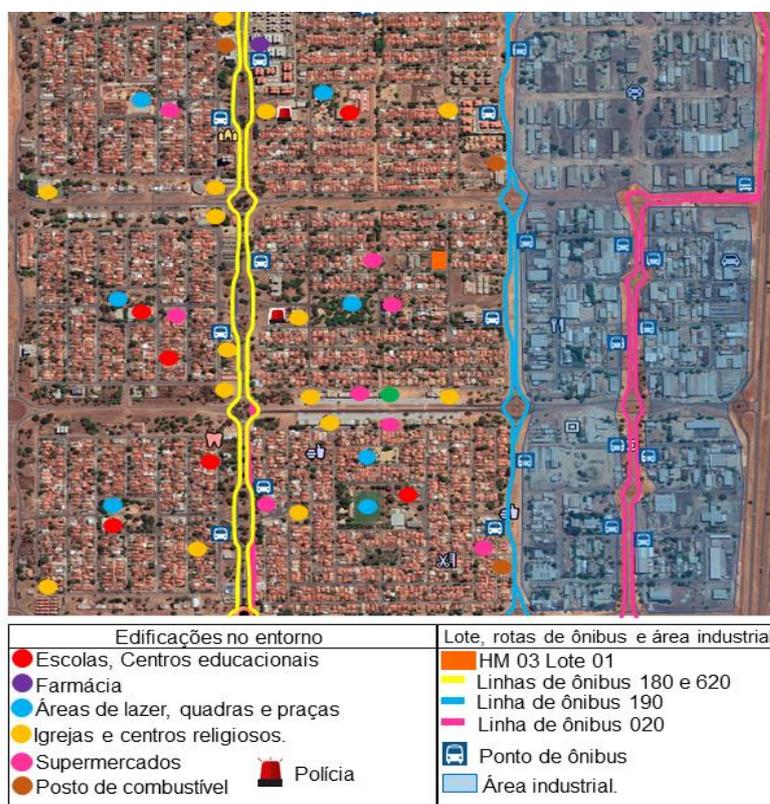
terreno também é cercado pelas Avenidas Ns 04, Ns 10, Ló 19, Ló 21 e Ló 23 (figura 14).

O terreno em questão foi escolhido devido a sua centralidade urbana e principalmente por estar inserido entre edificações de caráter residencial, assim, assegura-se que a edificação não será segregada de seu meio e traz a familiaridade da criança acolhida com a moradia temporária. Vale ressaltar que a dimensão do lote também foi fator decisivo, pois apesar de tentar aproximar-se da linguagem arquitetônica residencial, a edificação é de caráter institucional e possui um programa de necessidades que ocupará uma área significativa.

### 5.1.1 Análise do Entorno

Constatou-se nas proximidades do terreno edificações essenciais para uma boa qualidade de vida e o desenvolvimento de um cotidiano fluido para os usuários da instituição acolhedora, tais como, escolas, centros educacionais, farmácia, quadras poliesportivas, praças, igrejas, centros religiosos, supermercados, posto policial e postos de combustível (figura 15).

**Figura 15.** Edificações do entorno e transporte público



**Fonte:** Sig Palmas e Google Maps – adaptado pelo autor (2020)

### 5.1.2 Infraestrutura no Entorno

Através da visita *in loco* realizada no dia 07 de outubro de 2020, relata-se que o lote possui uma infraestrutura urbana de qualidade, pois conta com energia elétrica, rede de esgoto, iluminação pública, abastecimento de água e pavimentação. Entretanto, o terreno não possui calçada (figura 16).

A região em que o terreno está localizado, é atendido por quatro linhas de ônibus, sendo elas: linhas 180, 190, 020 e 620. Conseqüentemente, possuem inúmeros pontos de ônibus próximo, como demonstrado na figura 15.

**Figura 16.** Estudo do entorno e infraestrutura



**Fonte:** Autor (2020)

## 5.2 CONDICIONANTES DO TERRENO

Analisar os fatores que condicionam o lote é fundamental para uma arquitetura de qualidade, pois o estudo orienta o arquiteto na tomada de decisões em que influenciará na capacidade do edifício de corresponder às necessidades e conforto dos usuários. Nesse seguimento, procedeu-se o estudo do terreno escolhido. Segundo a Lei complementar nº 321, de 13 de outubro de 2015, o lote trata-se de uma área destinada a Habitação Multifamiliares (HM) e possui as seguintes características urbanísticas descritas na tabela 1.

**Tabela 2.** Características do terreno de acordo com o uso do solo - Lei complementar nº 321 de outubro 2015

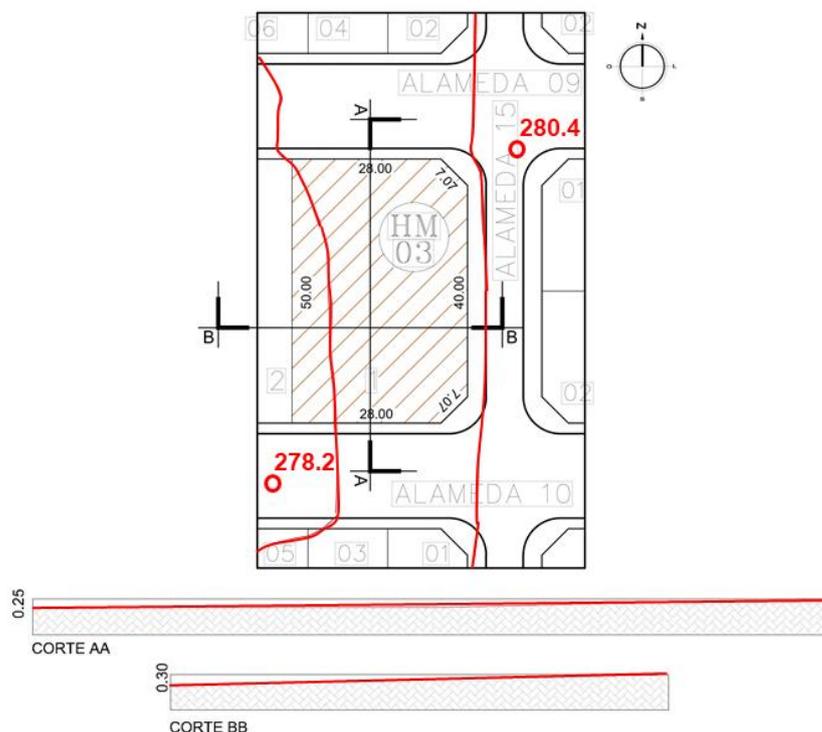
INFORMATIVO URBANÍSTICO DE USO DO SOLO- HM 03, QUADRA 906 SUL, ALAMEDA 9 E 10, LOTE 01	
<b>DIMENSÕES</b>	Frente: 28,00m; fundo: 28,00m; face direita: 40,00m; face esquerda: 50,00m
<b>TAXA MÁXIMA DE OCUPAÇÃO</b>	100% ou 75% para o subsolo
	40% para o térreo
	40% demais andares
<b>ÍNDICE MÁXIMO DE APROVEITAMENTO</b>	2,5
<b>TAXA DE PERMEABILIDADE MÍNIMA</b>	25%
<b>AFASTAMENTOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS</b>	Frente: 6,00m; fundo: 6,00m; face direita: 6,00; face esquerda: 6,00m

Fonte: Lei complementar nº 321(2015)

### 5.2.1 Topografia

O terreno é praticamente plano, apresenta apenas uma inclinação suave máxima de aproximadamente 0,30m. Percebe-se que o desnível acontece principalmente no sentido Leste-Oeste, conforme representado na figura 17.

**Figura 17.** Topografia do terreno

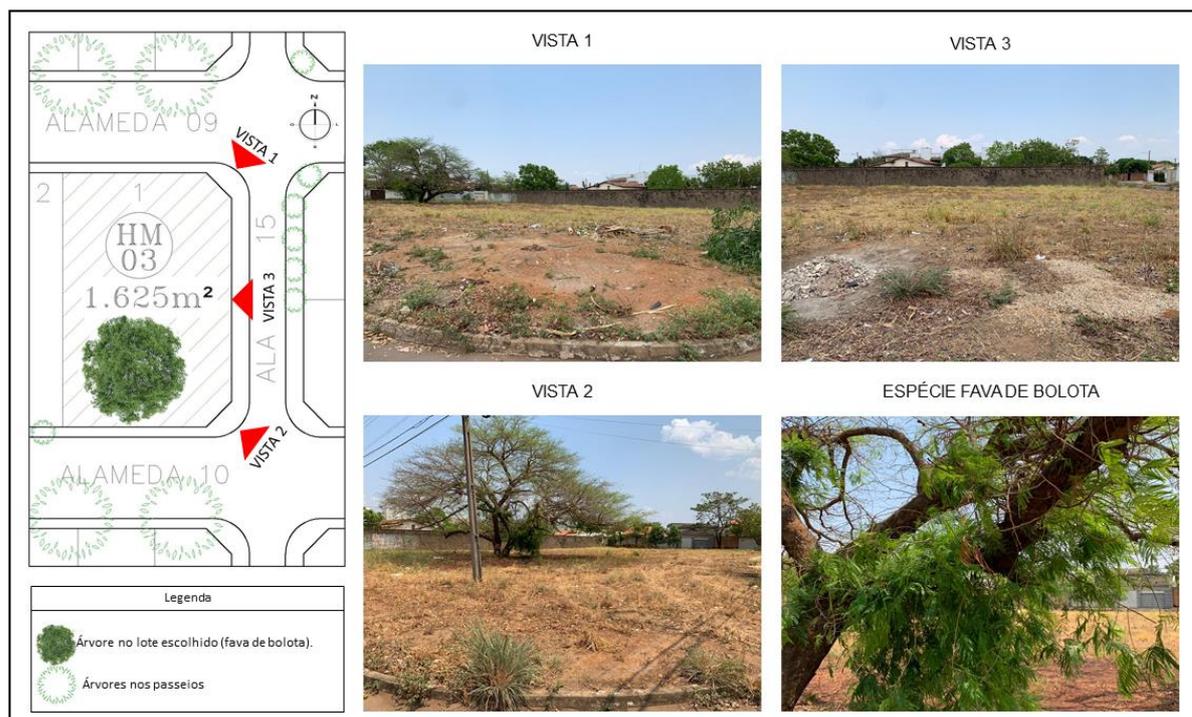


Fonte: Sig Palmas, adaptado pelo autor (2020)

### 5.2.2 Vegetação Existente

Quanto à vegetação, por meio da visita *in loco* e imagem satélite, verificou-se que no terreno existe apenas uma árvore de grande porte (figura 18). Trata-se de uma *Parkia platycephala*, popularmente conhecida como Fava de Bolota e favorecerá no sombreamento da área de lazer para as crianças e os cuidadores.

**Figura 18.** Árvores existentes e perspectivas do terreno

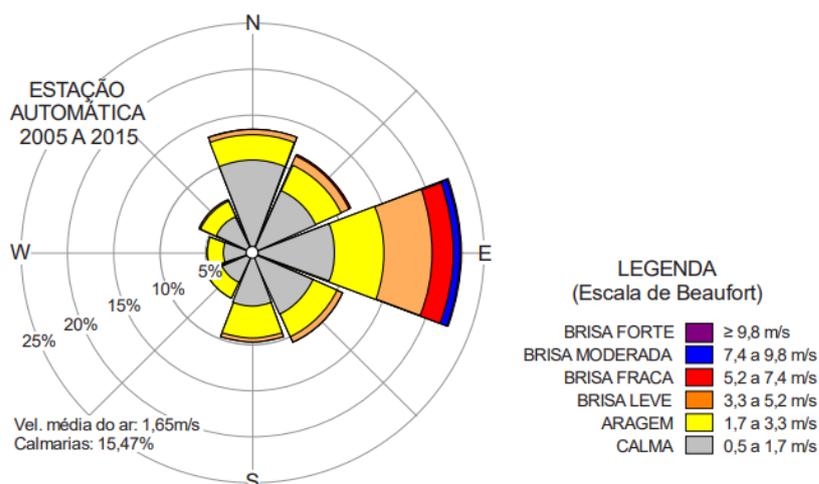


Fonte: Autor (2020)

### 5.2.3 Insolação e Ventilação predominantes

Segundo Silva; Souza (2016), a capital Palmas-TO possui uma grande oscilação de temperaturas durante o dia e a noite, devido ao seu clima úmido e subúmido com carência hídrica no inverno. Ainda nesse sentido, os autores destacam as variações na direção do vento, a derivar do horário do dia e das estações do ano. Entretanto, a ventilação é predominante nos sentidos Leste e Norte, respectivamente, 22,5% e 13,37%, conforme figura 29.

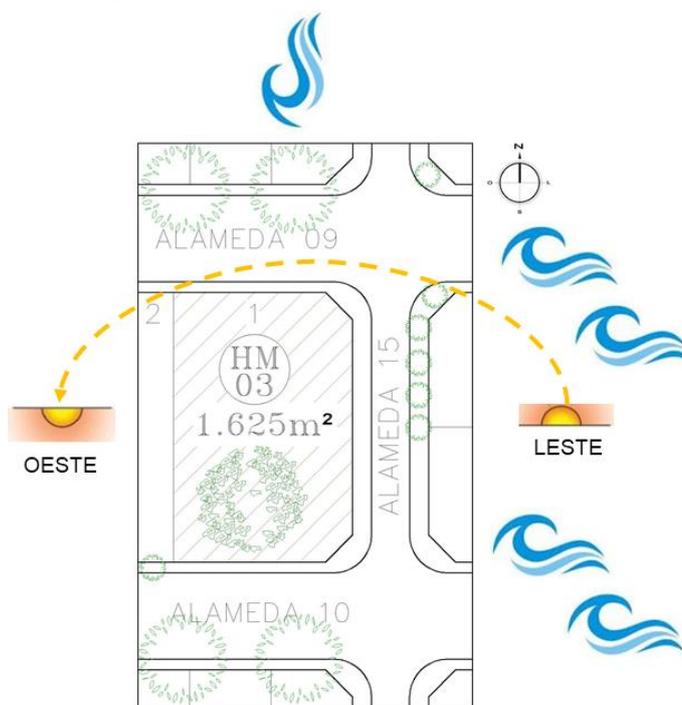
**Figura 19.** Rosa dos ventos para a cidade de Palmas entre 2005 e 2015



**Fonte:** Silva; Souza (2016)

Por estar localizado em uma quadra residencial e próximo a Habitações Unifamiliares (HU), constata-se que não possuem edificações prediais próximas em que permite a circulação da ventilação sem grandes barreiras. Vale ressaltar que as possíveis frentes do terreno estão voltadas para o Norte e para o Sul (figura 20), sendo o sentido sul o mais adequado no que tange a abrangência dos raios solares.

**Figura 20.** Ventilação e insolação no terreno



**Fonte:** Autor (2020)

## 6 DIRETRIZES PROJETAIS

As diretrizes projetuais tendem a nortear a elaboração da proposta do anteprojeto arquitetônico do acolhimento institucional em estudo, que busca uma estrutura que possa proporcionar conforto, humanização, segurança, desenvolvimento físico e psíquico das crianças de 0 a 12 anos incompletos.

### 6.1 PROGRAMA DE NECESSIDADES E PRÉ-DIMENSIONAMENTO

O programa de necessidades e o pré-dimensionamento são fundamentais para o desenvolvimento arquitetônico do anteprojeto, pois pré-estabelece a área que cada ambiente deve possuir para cumprir com o seu objetivo específico.

Nesse sentido, foi elaborado um programa de necessidades que atendesse a realidade do acolhimento institucional (tabela 2). Para chegar a tal resultado, baseou-se nas Orientações Técnicas (2009) e pessoas experientes na área. Então, foram realizadas reuniões com duas Assistentes Sociais que trabalham no Ministério Público Estadual do Tocantins.

**Tabela 2.** Programa de necessidades e pré-dimensionamento

PROGRAMA DE NECESSIDADES PROPOSTO					
	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m <sup>2</sup> )	Á. TOTAL (m <sup>2</sup> )	30% CIRC. E PAREDES (m <sup>2</sup> )
ADMINISTRATIVO	HALL DE ACESSO	1	5,00	5,00	1,50
	RECEPÇÃO	1	12,00	12,00	3,60
	SALA TÉCNICA	1	20,00	20,00	6,00
	SALA DE REUNIÃO	1	20,00	20,00	6,00
	COORDENAÇÃO	1	14,00	14,00	4,20
	ARQUIVO GERAL	1	10,00	10,00	3,00
	SALA DE ATENDIMENTO	1	14,00	14,00	4,20
	ALMOXARIFADO	1	7,00	7,00	2,10
	SANITÁRIOS PCD (M/F)	2	4,00	8,00	2,40
	<b>SUB-TOTAL</b>				<b>110,00</b>
SOCIAL	SALA DE ESTAR	1	25,00	25,00	7,50
	SALA DE JANTAR	1	25,00	25,00	7,50
	SALA DE VISITAS	1	15,00	15,00	4,50
	ESPAÇO TECNOLÓGICO	1	20,00	20,00	6,00
	COZINHA	1	20,00	20,00	6,00
	DESPENSA	1	5,00	5,00	1,50
	SANITÁRIOS PCD (M/F)	2	4,00	8,00	2,40

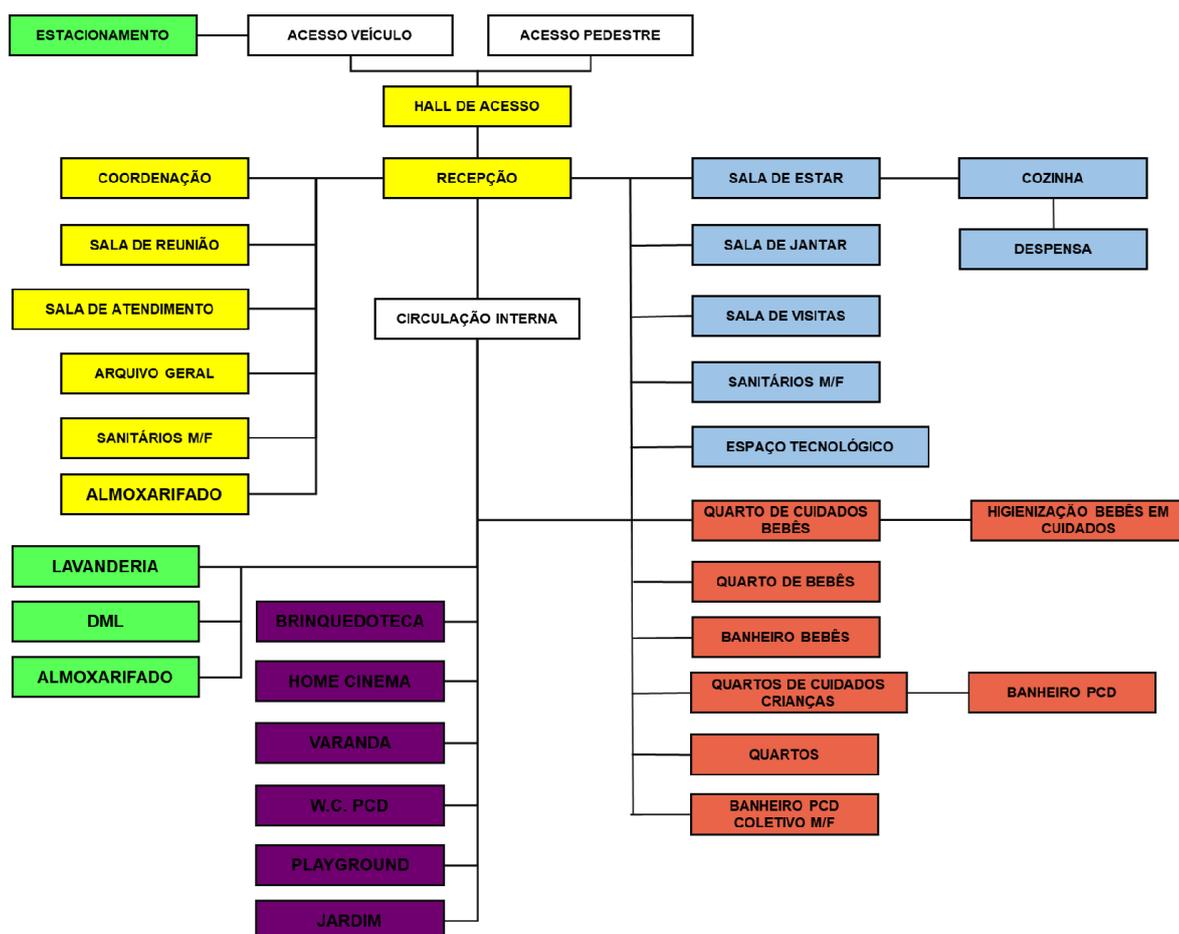
	<b>SUB- TOTAL</b>			<b>118,00</b>	<b>35,40</b>
<b>ÍNTIMO</b>	QUARTOS	4	25,00	100,00	30,00
	QUARTO DE CUIDADOS CRIANÇAS	1	15,00	15,00	4,50
	BANHEIRO PCD INDIVIDUAL QUARTO DE CUIDADOS	1	8,00	8,00	2,40
	QUARTO DE CUIDADOS BEBÊS	1	13,00	13,00	3,90
	HIGIENIZAÇÃO BEBÊS EM CUIDADOS	1	3,00	3,00	0,90
	QUARTO BEBÊS	1	15,00	15,00	4,50
	BANHEIRO BEBÊS	1	5,00	5,00	1,50
	BANHEIRO PCD COLETIVO (F)	1	20,00	20,00	6,00
	BANHEIRO PCD COLETIVO (M)	1	18,00	18,00	5,40
	<b>SUB- TOTAL</b>			<b>197,00</b>	<b>59,10</b>
<b>SERVIÇO</b>	DML	1	7,00	7,00	2,10
	ALMOXARIFADO	1	7,00	7,00	2,10
	LAVANDERIA	1	18,00	18,00	5,40
	ESTACIONAMENTO	1	30,00	30,00	9,00
	<b>SUB-TOTAL</b>			<b>62,00</b>	<b>18,60</b>
<b>LAZER</b>	ESPAÇO DIÁLOGO/BRINQUEDOTE CA	1	22,00	22,00	6,60
	VARANDA	1	20,00	20,00	6,00
	PLAYGROUND	1	30,00	30,00	9,00
	HOME CINEMA	1	32,00	32,00	9,60
	JARDIM	1	-	-	-
	W.C. PCD	1	3,00	3,00	0,90
	<b>SUB-TOTAL</b>			<b>107,00</b>	<b>32,10</b>
<b>TOTAL</b>			<b>594,00</b>	<b>178,20</b>	

Fonte: Autor (2020)

## 6.2 FUNCIONOGRAMA

O funcionograma foi elaborado para demonstrar os fluxos dos ambientes de acordo com o programa de necessidades; os setores seguiram com as mesmas cores, com o propósito de compreender a relevância da ligação e proximidade dos espaços que compõem a edificação, conforme demonstra a figura 21.

Figura 21. Funcionograma



Fonte: Autor (2020)

### 6.3 NORMAS E LEGISLAÇÃO

As normas e legislações são parâmetros utilizados para guiar profissionais e assegurar que haja o mínimo de qualidade de vida nas edificações. Desta forma, busca garantir a acessibilidade, a inclusão e o bem-estar dos usuários.

Nesse sentido, serão apresentadas normas e legislações que serão utilizadas para garantir a viabilidade e eficiência do anteprojeto proposto por este estudo:

#### 6.3.1 Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define e regulamenta a proteção da criança e do adolescente. Segundo Mendonça (2002), o regimento veio a definir a ação social não só no plano material, mas colocando também a necessidade de atitudes e comportamentos em prol da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

### **6.3.2 Lei Complementar nº 321, de 13 de outubro de 2015**

A seguinte lei tem por objetivo dividir e determinar as Zonas de Uso de Palmas-TO e, regulamentar as funções de ocupação do solo.

### **6.3.3 Lei Complementar nº 305, de 02 de outubro de 2014 - Código Municipal de Obras**

Esta lei refere-se ao código de edificações da cidade de Palmas-TO, sendo um mecanismo para regulamentar o licenciamento de obras, disciplinando construções, reformas, ampliação, demolição e a sua fiscalização. Estabelece condições mínimas para garantir segurança, conforto e salubridades das edificações aos seus usuários.

### **6.3.4 Lei nº 1.787 de 15 de maio de 2007**

Esta lei é estadual, segundo a qual apresenta-se critérios de segurança contra incêndio, pânico nas edificações e em área de risco em todo estado do Tocantins-GO, através de medidas e normas de prevenção que combata o alastramento de fogo em edificações.

### **6.3.5 ABNT NRB – 9050 de 2015 – Acessibilidade a Edificações, mobiliários, espaços e equipamentos**

A norma 9050 determina parâmetros e medidas para serem seguidos em projetos arquitetônicos e em construções e adaptações de edificações para assegurar condições de acessibilidade aos espaços e a todas as pessoas de maneira segura.

## **6.4 SISTEMAS CONSTRUTIVOS E MATERIAIS**

Funcionalidade, conforto e estética, são os fatores que foram considerados nas tomadas de decisões quanto a escolha do sistema construtivo e dos materiais a serem utilizados no presente anteprojeto arquitetônico.

### **6.4.1 Estrutura**

Nesse projeto será utilizado o sistema convencional de estrutura de concreto armado (figura 22). Diante disso, na perspectiva de Bastos (2014) é um material formado pela junção entre o concreto simples e barras de aço que conferem à

estrutura baixo custo, durabilidade, resistência ao fogo, a tração, compressão, e permite a construção de formas e volumes variados.

**Figura 22.** Estrutura com concreto armado



**Fonte:** Google imagens (2020)

#### 6.4.2 Vedação

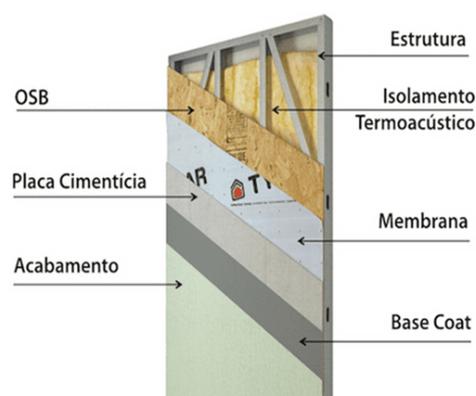
Para a vedação externa da edificação e dos ambientes com instalações hidráulicas será utilizada a alvenaria convencional (figura 23). Nos demais ambientes será utilizado o sistema de drywall (figura 24), pois tal material possibilita uma rápida execução, além de proporcionar conforto acústico e qualidade de acabamento (LABUTO, 214).

**Figura 23.** Fechamento em alvenaria



**Fonte:** Google imagens (2020)

**Figura 24.** Parede em Drywall

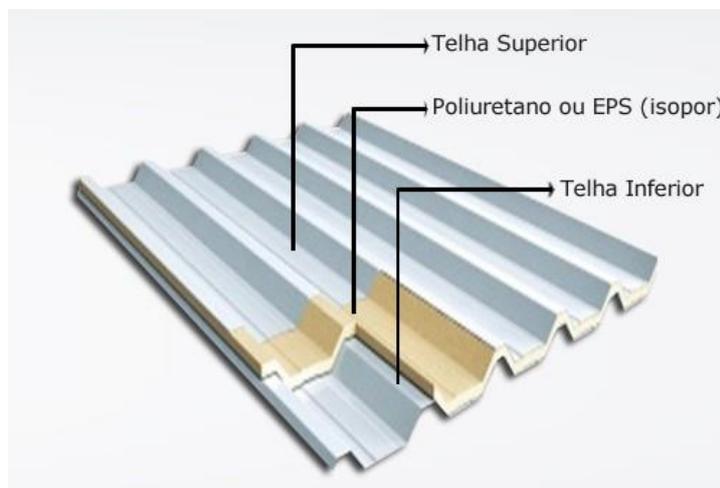


**Fonte:** Google imagens (2020)

#### 6.4.3 Cobertura

A cobertura a ser utilizada será a platibanda juntamente com a telha termoacústica (figura 25). Essa tipologia possui vantagens quanto a capacidade de isolamento acústico e térmico, alta resistência mecânica, em que, possibilita maior espaçamento entre as terças, tornando a estrutura mais leve e barata.

**Figura 25.** Telha termoacústica



**Fonte:** Google imagens (2020)

#### 6.4.4 Revestimentos

Nos ambientes internos de lazer e descontração, serão utilizados revestimento em borracha (figura 26), cujo objetivo é facilitar as atividades realizadas pelas crianças, evitar acidentes e reduzir a quantidade de ruídos.

**Figura 26.** Piso em borracha



**Fonte:** Google imagens (2020)

### 6.5 SUSTENTABILIDADE

Segundo ARAUJO (2012), uma estrutura projetada no intuito de ser sustentável proporciona conforto térmico, harmonização com o clima, cultura e ambiente local e assim proporciona uma melhor qualidade de vida aos usuários.

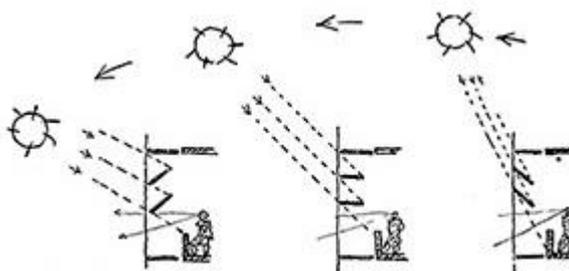
Nesse sentido, com o objetivo de proporcionar conforto nos ambientes serão utilizadas estratégias e tecnologias sustentáveis, como: implantação do edifício de

acordo com a orientação solar e aproveitamento dos ventos predominantes, uso de brise soleil nas janelas e sistema fotovoltaico com placas solares, respectivamente.

### 6.5.1 Brise Soleil

Segundo FORTINHO (2018), o brise soleil é um elemento de proteção dos raios solares constituído por lâminas, que podem ser construídos em três formatos, sendo eles: verticais, horizontais ou misto (figura 27). Além de contribuir e proteger as fachadas, os laminados contribuem esteticamente para as fachadas do edifício e ameniza a temperatura interna dos ambientes.

**Figura 27.** Brises soleil



Fonte: Google imagens (2020)

### 6.5.2 Energia Solar

A energia solar é uma tecnologia sustentável bastante eficiente, caracteriza-se como uma fonte limpa, renovável e sustentável que pode ser obtida com um investimento inicial através do uso de painéis fotovoltaicos (figura 28). Segundo Oliveira (2014), a luz do sol reflete nos aparelhos que fazem a sua absorção e a transformam em energia elétrica que pode ser transmitida para inúmeras tipologias arquitetônicas existentes. Nesse sentido, propõe-se ao presente anteprojeto a utilização da energia solar como forma de baratear a longo prazo os gastos com energia elétrica.

**Figura 28.** Painéis fotovoltaicos

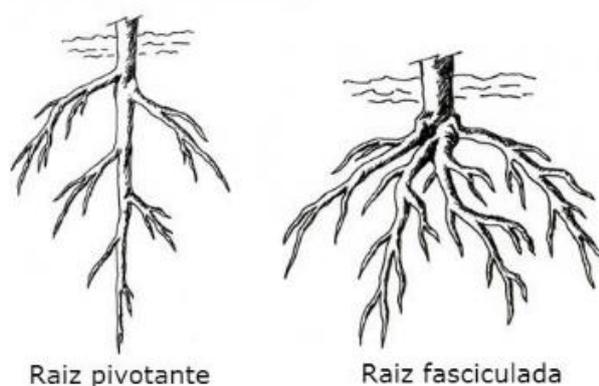


Fonte: Google imagens (2020)

## 6.6 PARTIDO ARQUITETÔNICO

Em vista dos princípios citados na obra *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes* (2009), compreende-se a importância da preservação dos laços familiares e comunitários na formação dessas crianças em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, referenciando ao que nutre e mantém a esperança das crianças, raízes subterrâneas nortearão a concepção deste anteprojeto arquitetônico (figura 29).

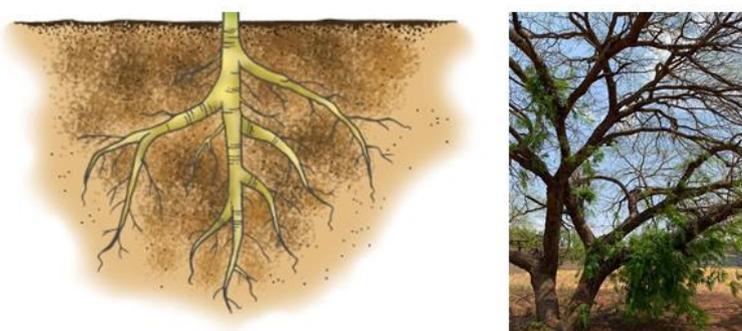
**Figura 29.** Raízes Subterrâneas



**Fonte:** Google imagens (2020)

Por meio de visita *in loco* e imagem satélite percebe-se uma grande árvore símbolo do estado do Tocantins, popularmente conhecida como Fava de Bolota e pertencente à família Leguminosae-Mimosoideae, que em sua maioria possuem raiz pivotante<sup>7</sup> (figura 30). Desse modo, a edificação possuirá um jardim central, representando a raiz da edificação, que a nutrirá com vida, iluminação, ventilação e entre outros fatores que contribuem para sustentabilidade e bem-estar dos usuários.

**Figura 30.** Raiz Pivotante e Fava de Bolota

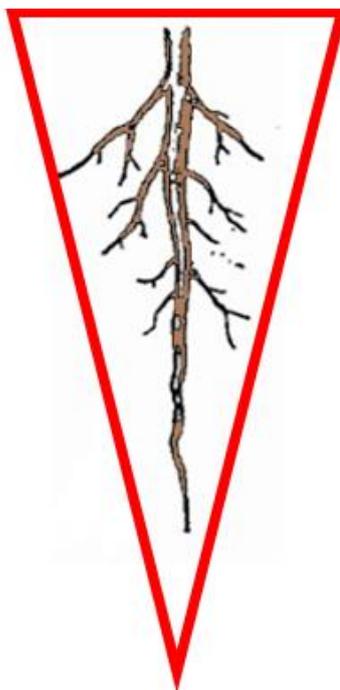


**Fonte:** Google imagens e Autor (2020)

<sup>7</sup> Raiz Axial ou Pivotante é um tipo de raiz subterrânea, características das dicotiledôneas e possui uma raiz principal distinta das raízes secundárias.

Ao analisar a raiz axial, nota-se que ela possui uma forma semelhante ao de um triângulo. Desta maneira, o jardim possuirá uma forma triangular (figura 31), quebrando a rigidez da planta arquitetônica e permitindo a permeabilidade do verde na edificação.

**Figura 31.** Forma do Jardim



**Fonte:** Google imagens – adaptado pelo autor (2020)

O partido arquitetônico também influenciará nos materiais e nos elementos utilizados, tais como madeira, telha cerâmica e brises personalizados (figura 32) - trazendo conforto climático, naturalidade e esbeltez para a proposta arquitetônica.

**Figura 32.** Materiais e elementos



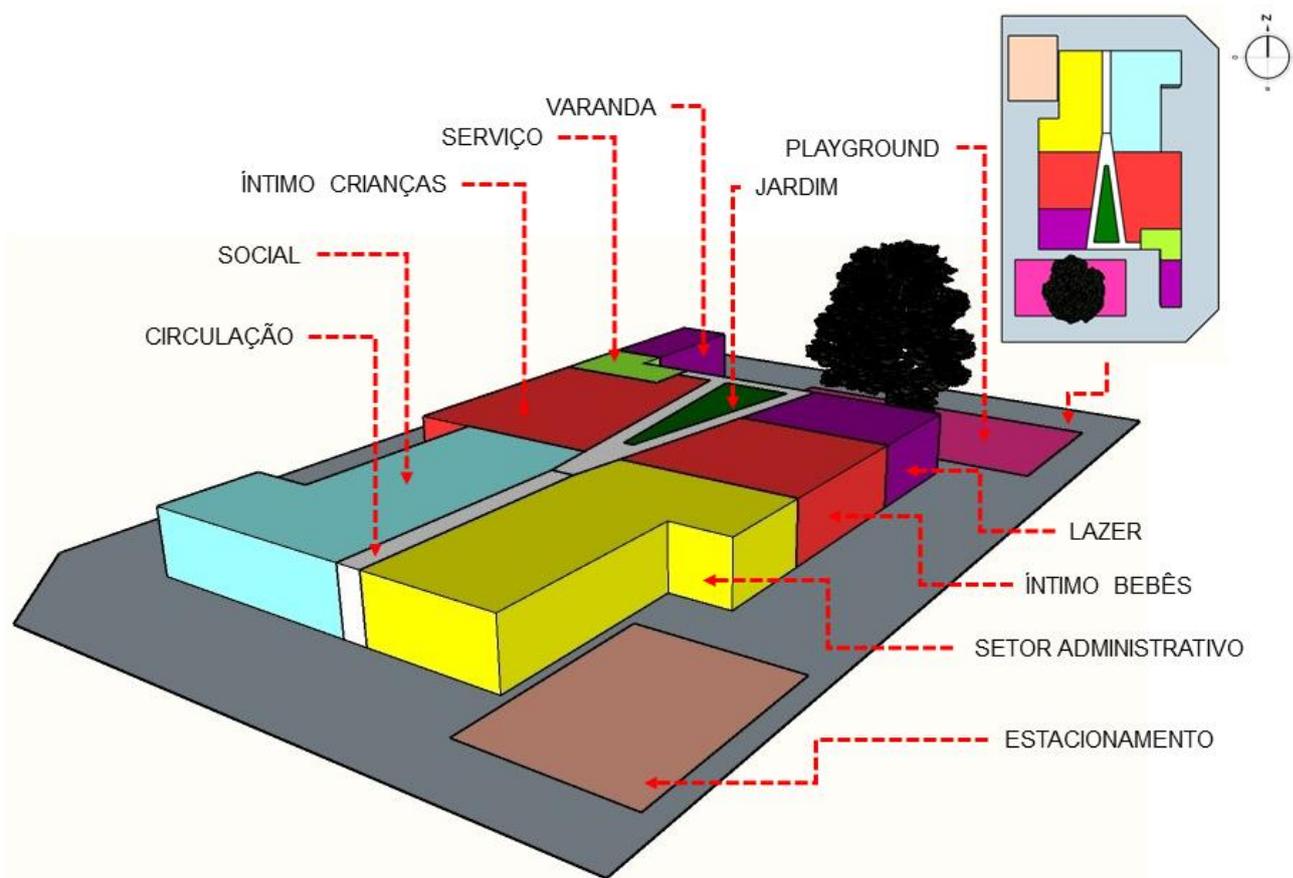
**Fonte:** Google imagens (2020)

## 6.7 ESTRATÉGIA COMPOSITIVA

Por meio da análise do terreno, da elaboração do programa de necessidades e da elaboração do partido arquitetônico, surge a estratégia compositiva. Nesse sentido, para a organização espacial do edifício no lote foram considerados aspectos climáticos, fluxos das crianças, cuidadores e visitantes, além das atividades que serão desenvolvidas no local.

Por meio de reuniões via *Google Meet* com profissionais experientes na área do acolhimento institucional, chegou-se à decisão de projetar uma edificação totalmente térrea. O intuito é garantir a segurança dos usuários e a máxima usabilidade aos ambientes propostos. Desta forma, a fim de assegurar a funcionabilidade, os setores social, íntimo, serviço, lazer e administrativo foram distribuídos, conforme demonstrado na figura 33.

**Figura 33.** Estratégia compositiva – Abrigo Institucional



**Fonte:** Autor (2020)

## 6.8 MODULAÇÃO ESTRUTURAL

Conforme citado anteriormente, para a concepção estrutural dessa edificação será utilizada estrutura de concreto armado, composto por laje, pilares, vigas, fundação estilo sapata e concreto. A seguinte estrutura foi escolhida por ser um método construtivo que apresenta baixo custo, durabilidade, resistência ao fogo, a tração, compressão, e permite variedades de volumes. (BASTOS 2014).

Por se tratar de uma edificação térrea, a estrutura permite uma flexibilidade maior na locação dos pilares e sapatas, diferentemente da modulação exigida para edificações com múltiplos pavimentos. Nesse sentido, a malha estrutural será composta por pilares e vigas de 0.20x0.30m, e os pilares serão dispostos respeitando uma distância máxima de 5 metros entre um e o outro, como demonstrado na Figura 34.

**Figura 34.** Estrutura – Abrigo Institucional



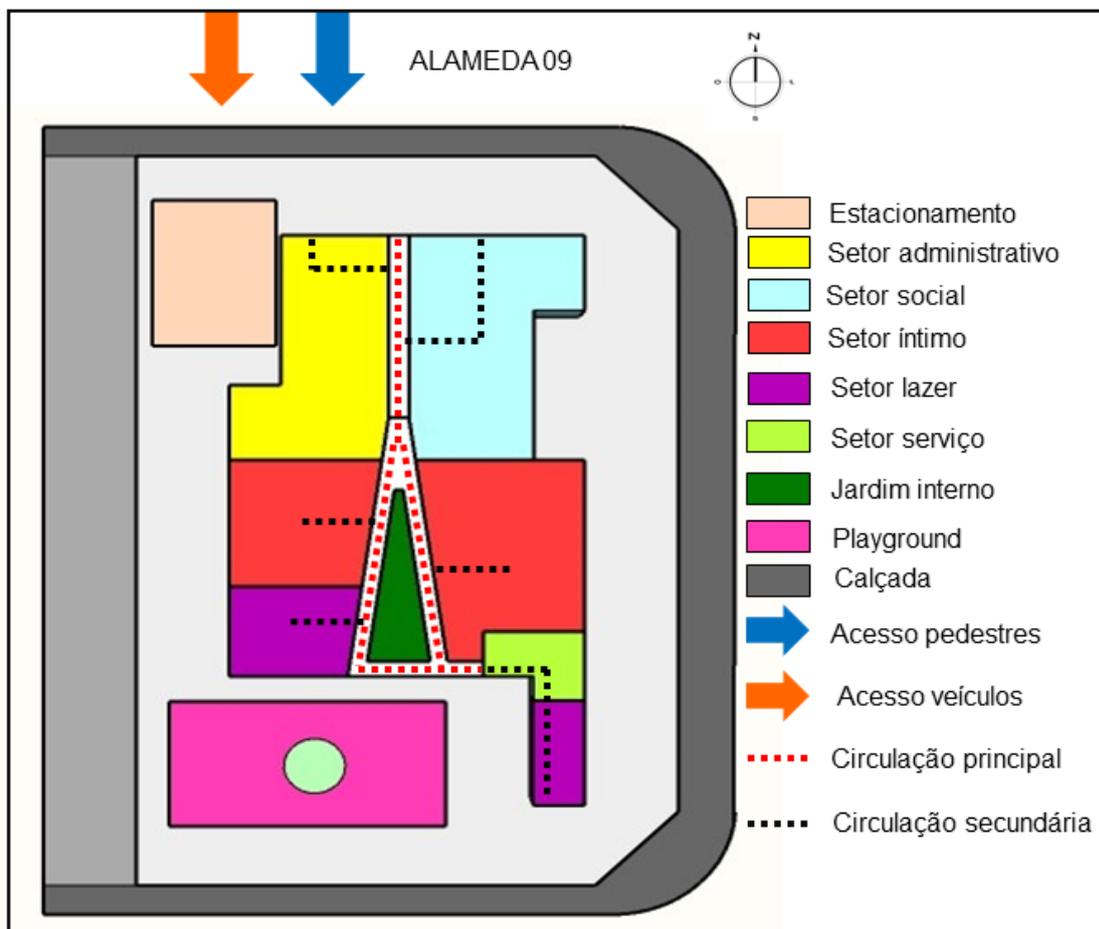
Fonte: Autor (2020)

## 6.9 ARTICULAÇÕES FUNCIONAIS

As articulações funcionais foram definidas pelos condicionantes do terreno e pela setorização dos ambientes, os acessos serão pela Alameda 09, visto que ao Sul do terreno existe uma grande árvore que enriquece o setor de lazer da edificação (figura 35).

No que diz respeito às circulações, o acolhimento institucional possuirá uma circulação principal central e as secundárias, tal como a forma da raiz axial, que dão acesso aos setores, como demonstrado na figura 35.

**Figura 35.** Articulações funcionais do acolhimento



Fonte: Autor (2020)

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os estudos explanados em relação ao acolhimento institucional para crianças e adolescentes, principalmente no que tange a falta de estrutura para abrigar os menores em situação de vulnerabilidade social, é notória a importância do abrigo institucional para assegurar os direitos preestabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em Palmas-TO.

Nesse sentido, percebe-se inúmeras legislações que visam assegurar e proteger os jovens em situações frágeis, entretanto, a realidade torna a documentação uma utopia. Visto que, a maioria das cidades no estado do Tocantins não possuem acolhimento institucional e as que o obtêm são entidades precárias, sem infraestrutura para proporcionar aconchego e dignidade aos usuários.

Destaca-se a importância das reuniões realizadas com as assistentes sociais do MPTO/CAOPIJE, visto que o conhecimento, a experiência e os documentos fornecidos foram fundamentais para a concepção do anteprojeto em estudo.

Por fim, considerando-se a limitada bibliografia brasileira referente a arquitetura no acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o presente trabalho busca contribuir para o conhecimento voltado para a arquitetura acolhedora e inclusiva, objetivando minimizar os impactos do afastamento do círculo familiar ao garantir a segurança, a saúde psicológica e física, a individualidade, a diversidade, a autonomia e os vínculos familiares dos acolhidos.

## REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2004.

ARAÚJO, Márcio Augusto. **A moderna construção sustentável.** Instituto para o Desenvolvimento da Habitação Ecológica. Disponível em: <[https://www.aecweb.com.br/cont/a/a-moderna-construcao-sustentavel\\_589](https://www.aecweb.com.br/cont/a/a-moderna-construcao-sustentavel_589)>. Acesso em: 03. set. 2020.

ARCHDAILY. **Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes.** 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/765064/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-marjan-hessamfar-and-joe-verons>> Acesso em: 15. ago. 2020.

ARCHDAILY. **Berçário Primetime/ Studio MK27 – Marcio Kogan** 2007. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-10336/bercario-primetime-studio-mk27-marcio-kogan>> Acesso em: 17. ago. 2020.

BASTOS, P. S. **Estruturas de concreto armado.** Disciplina: 2117 – Estruturas de Concreto I Universidade Estadual Paulista UNESP – Campus de Bauru/SP. 2014

BENTO, R. **Integração Familiar de Crianças e Adolescentes: possibilidades e desafios.** São Paulo: VEERAS Editora, 2014. (Sério o Q fazer).

BERNARDI, D C. F. (Coord.). **Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento.** São Paulo: Associação Fazendo História/NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

BRASIL, **Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília, DF, junho de 2009.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei n. 8069, 13 jul. 1990. Brasília, DF, 1990.

\_\_\_\_\_. **Estudo sobre a política de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes nos municípios tocantinenses.** Palmas, abril de 2020.

CAMPOS, H., Sousa, D., & Sousa, N. (2004). **O adolescente em conflito com a lei no Brasil.** In M. F. Armenta & V. Corral-Verdugo (Orgs.), *Delincuencia juvenil. Aspectos sociales, jurídicos y psicológicos* (pp. 85-99). Sonora: Universidade de Sonora.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal - um conceito para todos.** São Paulo: Mara Gabriilli. 2008. Disponível em: < [http://maragabriilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal\\_web-1.pdf](http://maragabriilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf)>. Acesso em: 17. ago. 2020.

Costa, L., & Dell' Aglio, D. (2009). A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social. In R. Libório & S. Koller (Orgs), **Adolescência e juventude:**

**risco e proteção na realidade brasileira** (pp. 219-264). São Paulo: Casa do Psicólogo.

FORTINHO, Pri. **Brise-soleil: saiba o que é, quais as vantagens e modelos.** Disponível em: <[https://www.homify.com.br/livros\\_de\\_ideias/5797225/brise-soleil-saiba-o-que-e-quais-as-vantagens-e-modelos](https://www.homify.com.br/livros_de_ideias/5797225/brise-soleil-saiba-o-que-e-quais-as-vantagens-e-modelos)>. Acesso em: 6. abr. 2020.

G1. **Fava-de-bolota.** Disponível em: <<http://faunaeflora.terradagente.g1.globo.com/flora/arvorespalmeiras/NOT,0,0,1223902,Fava-de-bolota.aspx>>. Acesso em 24. out. 2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA. D. T. **Métodos de Pesquisa.** 1ª edição ed. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS. 2009. Disponível em : <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 11 ago 2020.

GUERRA, E. L. d. A. **Manual de Pesquisa Qualitativa.** Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação. 2014. Disponível em: <[http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima\\_tcc/gerais/manuais/manual\\_quali.pdf](http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf)>. Acesso em: 04 mar 2020

KOWALTOWSKI, D.C.C.K. **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.** 1ª ed. São Paulo: Oficina de Texto, 2011.

LABUTO, L. V. **Parede seca- Sistema construtivo de fechamento em estrutura de Drywall.** Monografia, 67p. 2014. Disponível em <<http://pos.demc.ufmg.br/novocecc/trabalhos/pg3/124.pdf>>. Acesso em 05 out 2020.

MENDONÇA, M. (2002). **O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas (Suplemento).** Caderno de Saúde Pública, 18, 113-120

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Cartilha de Ambiência.** Brasília, DF; 2006.

OLIVEIRA, Evaldo Vieira de. **Meteorologia Aplicada.** Recife: Equipe de Acompanhamento e Validação Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – Ctism, 2014. 114 p.

PALATTO, L. B. **A (Des) Qualificação da Infância: a história do Brasil na assistência dos jovens.** IX ANPED SUL – seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012.

PEREIRA, P. (2008). **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.** In M Sales, M. Matos, & M. Leal (Orgs.), Política social no capitalismo: tendências contemporâneas (pp. 87-108). São Paulo: Cortez.

SCOPEL, V. G. **Percepção do ambiente e a influência das decisões arquitetônicas em espaços de trabalho.** arq. Urb, Issue 13.2015. Disponível em <<http://www.usjt.br/arq.urb/numero-13/9-vanessa.scopel.pdf>>. Acesso em 19 set 2020.

SILVA, E, & Mello, S. (2004). **Contextualizando o “levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da rede de serviços de ação continuada”**. In. E. Silva (Org.) O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil (pp. 21-40). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SILVA, Liliane Flávia Guimarães da; SOUZA, Lucas Barbosa e. **CARACTERIZAÇÃO DA DIREÇÃO PREDOMINANTE E VELOCIDADE DO VENTO EM PALMAS (TO). Variabilidade e Suscetibilidade Climática: IMPLICAÇÕES ECOSSISTÊMICAS E SOCIAIS**, Goiânia (go), v. 1, n. p.1210-1221, out. 2016.

SIQUEIRA, A., & Dell' Aglio, D. (2006). **O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura**. Psicologia & Sociedade, 18(1), 71-80.

.VENÂNCIO, R. P. (org). **Uma História Social do Abandono de Crianças de Portugal ao Brasil: Séculos XVIII – XX**. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Famílias abandonadas: a assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.